

SEMINÁRIO PRESBITERIANO DE BRASÍLIA

**A RELAVÂNCIA DA PREGAÇÃO PACTUAL PARA A SAÚDE ECLESIOLÓGICA: UM
ESTUDO A PARTIR DO PACTO ABRAÂMICO**

LUCAS LOURENÇO CUNHA BRAGANÇA

BRASÍLIA

2020

LUCAS LOURENÇO CUNHA BRAGANÇA

**A RELAVÂNCIA DA PREGAÇÃO PACTUAL PARA A SAÚDE ECLESIOLOGICA: UM
ESTUDO A PARTIR DO PACTO ABRAÂMICO**

Monografia apresentada ao Seminário Presbiteriano de
Brasília, como requisito para obtenção da aprovação no
curso de Bacharelado em Teologia.

Orientador: Rev. M.Div. Matheus Felipe Inácio Santos
Professor: Rev. M.Div. João Geraldo de Mattos Neto

BRASÍLIA

2020

RESUMO

Este trabalho busca apresentar os benefícios da utilização da teologia do pacto para a pregação expositiva e para o benefício e crescimento da igreja. Pela identificação da aliança como o objeto de estruturação da unidade e continuidade das Escrituras, é imprescindível que seja dado um olhar atento para esse tema numa das principais atividades da igreja: a pregação da Palavra. Dessa forma, foram apresentadas as características principais da teologia pactual nas Escrituras, nos símbolos de fé e na história da igreja, evidenciando sua proeminência e importância. A partir disso, e fundamentado nisso, elencou-se as contribuições para a pregação e os benefícios dela para igreja, e finalizando com aplicações a partir do pacto abraâmico. Espera-se que os leitores vejam quão grande auxílio a teologia do pacto tem não só para o aprendizado das Escrituras, mas para o ensino delas por meio da pregação, e que possam, por meio das contribuições apresentadas, colocar em prática a pregação pactual em seus ministérios e igrejas, a fim de trazer benefícios para a igreja de Cristo.

Palavras-chave: Aliança; Pacto; Pregação; Pacto Abraâmico.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
1.1 Problematização.....	6
1.3 Justificativa	8
1.4 Metodologia	9
2. DEFININDO A DOCTRINA DO PACTO	10
2.1 A doutrina do pacto nas Escrituras	12
2.2 A doutrina do pacto nos símbolos de fé	27
2.3 A doutrina do pacto na história da igreja.....	33
2.4 Conclusões a respeito da doutrina do pacto	38
3. A PREGAÇÃO PACTUAL E SUAS IMPLICAÇÕES ECLESIOLOGICAS.....	41
3.1 Definição e foco da pregação.....	41
3.2 A pregação pactual e suas implicações eclesiológicas.....	47
4. APLICAÇÕES NO PACTO ABRAÂMICO	60
4.1 O chamado de Abraão – Gênesis 12.1-9.....	61
4.2 A formalização da aliança – Gênesis 15	66
4.3 A instituição da circuncisão – Gênesis 17.....	72
5. CONCLUSÃO	79
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81

1. INTRODUÇÃO

Qual é o ponto central das Escrituras? Certamente Jesus Cristo. Mas o que leva a essa conclusão? Essa pergunta é um bom exercício para se pensar no que é mais importante falar dentre tantas coisas ensinadas pela Palavra de Deus. O que não poderia faltar? Dentre uma gama imensa de possíveis temas, certamente uma das mais prováveis escolhas seria a palavra *aliança*. Do Antigo ao Novo Testamentos essa é uma palavra que sempre está presente, literalmente, ou pelo menos por meio de símbolos. É impossível falar sobre o relacionamento de Deus com seu povo sem falar em um pacto. Assim como também é impossível falar sobre o evangelho de Jesus Cristo sem mostrar o seu relacionamento com seu povo. A teologia do pacto está no centro da Palavra e, por isso, ela deve ser amplamente ensinada, pregada e vivida.

Hoje em dia os púlpitos estão cheios de pregações vazias de conteúdo bíblico, distantes da Palavra verdadeira, cheios de interesses próprios, enquanto deveriam estar repletos da exposição fiel e verdadeira da Bíblia. Além disso, muitos pregadores, com intuito de encherem suas igrejas, buscam metodologias fundamentadas no *marketing*, nas ciências sociais, na psicologia e em toda sorte de elementos que o mundo diz serem efetivos, e sufocam a verdade pura e simples da Palavra de Deus. Os pregadores comprometidos com as verdades da Escritura devem estar focados no lema reformado “*Sola Scriptura*”, buscando maneiras de serem fiéis pregando toda a verdade revelada por Deus nela.

Portanto, este trabalho buscará investigar como a teologia pactual pode ser uma ferramenta útil para que pregadores dedicados possam se manter fiéis na pregação das Escrituras. Primeiramente fundamentando o entendimento do pacto ao longo da Palavra e da história, depois definindo as características de uma pregação que se fundamente na teologia do pacto, mostrando quais as implicações doutrinárias e práticas para a saúde da igreja, e, por fim, aplicando todo o arcabouço deste estudo em meio da aliança abraâmica.

1.1 Problemática

Em tempos onde reina a teologia da prosperidade, o *coaching* cristão, o culto centrado no homem e líderes religiosos que mais parecem apresentadores de programas de auditório querendo entreter uma plateia, falar sobre pregação expositiva parece retrógrado e antiquado. Albert Mohler Jr., ao fazer uma análise da pregação na era pós-moderna diz que

estas últimas décadas têm sido período de experimentação audaciosa em muitos púlpitos. Uma das consequências mais preocupantes é o declínio e o eclipse da pregação expositiva. Muitas vozes influentes no evangelicalismo estão sugerindo que a era de sermões expositivos já acabou. Em seu lugar, alguns pregadores contemporâneos apresentam mensagens planejadas intencionalmente para alcançar congregações seculares e superficiais – mensagens que evitam pregar um texto bíblico e, portanto, uma confrontação potencialmente embaraçadora com a verdade bíblica.¹

Essa forma como a cultura evangélica atual trata a pregação é muito preocupante. O apóstolo Paulo diz em sua carta aos Romanos que “a fé vem pela pregação, e a pregação, pela palavra de Cristo” (Rm 10.17 ARA), o que Calvino comenta: “em Deus reside seu poder de salvar, mas, segundo atesta o próprio Paulo, o exibe e o desenvolve na pregação do evangelho”.² Como negligenciar algo que é o instrumento de Deus para a salvação? Isso é a mesma coisa que negligenciar a própria voz de Deus. É como se as igrejas dos dias de hoje estivessem preferindo crescer com suas próprias ideias, mas sem querer ouvir o que o próprio Senhor da igreja tem a dizer.

A partir dessa análise prévia, é nítido que esse não é um problema pequeno, mas que afeta toda a estrutura da igreja, pois como diz Forsyth “é com a pregação que o cristianismo se mantém de pé ou cai”.³ Sem uma pregação firmada na Palavra, que tenha sua centralidade em Cristo Jesus e que dê testemunho dele em toda e qualquer passagem, que ensine e dê subsídios para que a igreja possa se defender da “artimanha dos homens, pela astúcia com que induzem ao erro” (Ef 4.14), como a igreja irá amadurecer e chegar “à unidade da fé e do pleno conhecimento do Filho de Deus, à perfeita varonilidade, à medida da estatura da plenitude de Cristo” (Ef 4.13)? Ou seja,

¹ MOHLER JR, Albert. **Deus não está em Silêncio**. São José dos Campos: Fiel, 2009. Formato E-book. pos.179.

² CALVINO, João. **As institutas da religião cristã: Volume 4**. São Paulo: Cultura Cristã, 2006. p. 29.

³ FORSYTH, P. T. **Positive Preaching and the modern mind**. apud GOLDSWORTHY, Graeme. Pregando toda a Bíblia como escritura cristã. São José dos Campos: Fiel, 2013. Formato: E-book. p. 75.

como a igreja se tornará saudável para ser o corpo de Cristo e cumprir com seu chamado?

Portanto, é de extrema importância que a igreja resgate o lugar de primazia que a pregação expositiva deve ocupar na vida cristã, e de onde nunca deveria ter saído. Para isso a igreja precisa de ferramentas que sejam úteis, a fim de que a verdade da Palavra seja pregada, divulgada, defendida e crida. A teologia do pacto é uma dessas ferramentas que possui grande relevância, pois “explica o significado da morte de Cristo à luz da plenitude do ensino bíblico sobre os pactos divinos, fortalece nosso entendimento da natureza e uso dos sacramentos, e provê a explicação mais completa possível dos fundamentos de nossa segurança”.⁴ A partir dessas observações, a questão que fica é: como a teologia do pacto pode influenciar e auxiliar os pregadores a retornarem à primazia da pregação no culto e sua relevância para a saúde da igreja?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Demonstrar que a pregação pactual, ou seja, a pregação fundamentada na doutrina do pacto, tem total relevância para o crescimento saudável da igreja e exemplificar isso em um estudo a partir do pacto abraâmico.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a. Definir e fundamentar biblicamente a doutrina do pacto, descrevendo, de forma breve, a progressão da aliança ao longo de toda a história da revelação bíblica, nos documentos confessionais e sua importância dentro da teologia reformada na história;
- b. Apresentar as características de uma pregação que tem por base a doutrina do pacto, suas implicações para o entendimento de outras doutrinas reformadas e sua abordagem unificadora da revelação bíblica e suas principais implicações eclesiológicas;
- c. Avaliar a relevância da pregação pactual para o crescimento saudável da igreja, exemplificando o que foi investigado no trabalho a partir de um estudo do pacto abraâmico em Gênesis 12, 15 e 17.

⁴ DUNCAN, Ligon. **O que é teologia do pacto?** Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/teologia_pacto/teologiapacto.htm> acessado em 13 de agosto de 2019.

1.3 Justificativa

A Bíblia Sagrada é a fonte única a qual pregadores devem se firmar para alimentarem o rebanho do Senhor. Mas como executar essa tarefa com excelência? Sempre se deve ter em mente o que Paulo diz a Timóteo: “Até à minha chegada, aplica-te à leitura, à exortação, ao ensino. Não te faças negligente para com o dom que há em ti” (1 Tm 4.13-14). Isso quer dizer que é um trabalho que exige esforço e dedicação aos pés da Palavra de Deus. Pregadores devem ser exímios conhecedores da Palavra e eloquentes de maneira que convençam os seus ouvintes de que o que eles estão dizendo é o que pode salvar e transformar a vida deles. Por isso Paulo diz a Timóteo que ele não deve ser negligente, mas que deve ser aplicado, pois as vidas que estiverem sob seu pastoreio, ouvindo suas pregações, devem ser consoladas e confrontadas, aperfeiçoadas e edificadas, até que cheguem à unidade da fé e do pleno conhecimento do Filho de Deus. Na verdade, se há apenas uma coisa a ser dita sobre a tarefa da pregação é que ela deve anunciar o nome de Cristo, apresentando “as razões dessa esperança que há em nós” (1 Pe 3.15), pois é exatamente isso que a Palavra de Deus faz do início ao fim.

Sidney Greidanus define pregar Cristo como “pregar sermões que integrem autenticamente a mensagem do texto com a culminância da revelação de Deus na pessoa, obra e/ou ensinamento de Jesus Cristo, conforme revelado no Novo Testamento”.⁵ Muito já se escreveu sobre pregação nos dias de hoje, inclusive sobre como Cristo deve ser o centro da mensagem. Mas poucos oferecem um conteúdo, como afirma Greidanus em sua definição, que olhe para toda a revelação bíblica sob um mesmo prisma, mostrando como Cristo pode ser pregado em textos onde aparentemente ele não está. Por isso, há uma necessidade de se integrar toda a revelação bíblica de forma que o centro de toda ela culmine na mensagem do evangelho. A pergunta é: como fazer isso? Em sua obra “Pregação Cristocêntrica”, Bryan Chapel faz essa indagação. Ele diz: “Como fazer para que toda a Escritura esteja centrada sobre a obra de Cristo quando uma vasta porção sequer a menciona? A resposta consiste em aprender a ver toda a Palavra de

⁵ GREIDANUS, Sidney. **Pregando Cristo a partir de Gênesis**. São Paulo: Cultura Cristã, 2009. p. 19.

Deus como uma mensagem unificada da necessidade humana e da provisão divina”.⁶ E o elo que esta pesquisa pretende mostrar e defender é a teologia do pacto.

O objetivo deste trabalho de pesquisa é, portanto, apresentar uma forma concisa, bíblica e útil de como se pregar Cristo através da teologia pactual. Teologia essa que encontra base nos símbolos de fé da igreja, especialmente na Confissão de fé de Westminster, que dedica todo um capítulo para tratar dela,⁷ e que é “o âmago da nossa compreensão da pessoa e obra de Cristo, do Evangelho da salvação, da história redentora, da relação entre o Antigo e o Novo Testamento”.⁸

1.4 Metodologia

O desenvolvimento deste trabalho será realizado através de pesquisa descritiva, utilizando-se como técnica a documentação indireta, baseada em pesquisa bibliográfica de documentos concernentes ao assunto abordado, com análise e discussão do material encontrado. Primeiramente se realizará busca por materiais que contribuam para a pesquisa e, através deles, será feita análise para as bases bibliográficas a serem utilizadas no trabalho. Em seguida, se realizará um fichamento dos materiais e, após análise, se buscará trechos que possam ser aplicados no documento final que será escrito. Finalmente, após completa a pesquisa, a monografia será redigida como um estudo de caso do tema, dialogando com as bases bibliográficas encontradas.

⁶ CHAPELL, Bryan. **Pregação Cristocêntrica**. São Paulo: Cultura Cristã, 2007. p. 10.

⁷ CFW. **Confissão de Fé de Westminster**. VII. Disponível em < http://www.executivaipb.com.br/arquivos/confissao_de_westminster.pdf >. Acessado em 20 de agosto de 2019

⁸ DUNCAN, Ligon. **Covenant Theology: A Biblical, Theological, and Historical Study of God's Covenants**. Disponível em: < http://www.monergism.com/thethreshold/sdg/duncan/Covenant_Theology_-_Ligon_Duncan.pdf >. Acessado em 15 de agosto de 2019. p. 8.

2. DEFININDO A DOUTRINA DO PACTO

“A proclamação fiel e completa da Palavra é a única forma correta de pregar”.⁹ Essa declaração é muito pertinente para a proposta deste estudo por colocar tanto a fidelidade quanto a completude em foco. Primeiramente, fidelidade indica que o pregador não fala aquilo que deseja, aquilo que pensa, aquilo que acha melhor ou mais bonito para alcançar o público ouvinte. De fato, a fidelidade na pregação aponta para a verdade de Deus sendo proclamada. Então, o que deve ser pregado é a própria Palavra de Deus, que é o que ele mesmo revelou ao seu povo. Porque, como diz Sugel Michelén, “pregamos porque acreditamos que o que Deus quer nos dizer hoje, ele diz por meio de sua Palavra escrita, que é infalível, inerrante e suficiente”.¹⁰ Os pregadores podem falhar, erram constantemente e seguramente não saberão dizer o suficiente. Porém, quando o pregador é fiel à Palavra de Deus, ele deixa que o próprio Deus fale, e esses problemas são resolvidos.

Mas além disso, há também a questão da completude. Não se pode falar apenas meias verdades, ou parte da verdade. A verdade bíblica é completa, de Gênesis a Apocalipse, perpassando por 66 livros, do Antigo e Novo Testamentos. Não é o que o próprio Senhor Jesus Cristo fez no caminho de Emaús? “E, começando por Moisés, percorrendo por todos os Profetas, expunha-lhes o que a seu respeito constava em todas as Escrituras.” (Lc 24.27). Os pregadores foram chamados a expor o evangelho de Cristo Jesus em toda a Palavra.

E para atingir a essas necessidades, é de extrema importância saber como ligar, como relacionar todas as partes sem deixar de ser fiel a alguma delas. E uma ferramenta primorosa para isso é a teologia do pacto. Como diz Ligon Duncan “os pactos estruturam as Escrituras”.¹¹ Ou ainda como Greidanus declara:

As ligações entre promessa e cumprimento, tipo e antítipo, bem como a continuidade de temas da Bíblia só são possíveis em razão da fidelidade de Deus

⁹ MACARTHUR, John. **Por que pregar a Palavra?** Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/pregacao/pq-pregar-palavra_john-macarthur.pdf> Acessado em 30 de setembro de 2020.

¹⁰ MICHELÉN, Sugel. **Da parte de Deus e na presença de Deus**. São José dos Campos, SP: Fiel, 2018. p. 47.

¹¹ DUNCAN, Ligon. **Covenant Theology: A Biblical, Theological, and Historical Study of God's Covenants**. p. 19.

à sua aliança através da história redentora. Em outras palavras, uma única história da redenção, dirigida por Deus, é a base, o fundamento da unidade do Antigo e do Novo Testamentos.¹²

Eis aí a importância de se estudar e se equipar com a teologia do pacto. Mas é importante frisar que ela não é só uma ferramenta meramente intelectual, ou que deve ser usada apenas por pregadores de púlpitos de igrejas. Ela também possui um aspecto altamente pastoral. O. Palmer Robertson foi preciso quando disse que: “Você procura algo para mantê-lo perto de Deus? Algo que lhe dê a certeza de que ele nunca deixa você sozinho? Então você está procurando pela aliança de Deus, sua promessa eterna”.¹³

Essa breve resposta de Robertson é um excelente estímulo para se chegar a alguma definição. Certamente as próximas perguntas a serem feitas a partir dela seriam: então a doutrina da aliança tem a ver com relacionamento? Ou com promessa? Ou talvez com as duas coisas? O objetivo deste capítulo é tratar desse assunto. E certamente não há melhor lugar pra começar do que observando como as próprias Escrituras definem essa doutrina. Em seguida será observada também a definição nos símbolos de fé e na história da igreja.

Apenas mais um incentivo antes de se seguir com a exposição do assunto. Charles Spurgeon, o príncipe dos pregadores, mostra o quanto a teologia do pacto deve estar em alta conta entre os estudiosos da Bíblia.

“A doutrina do pacto repousa na origem de toda teologia verdadeira. Tem sido dito que aquele que entende bem a distinção entre o pacto das obras e o pacto da graça, é um mestre de teologia. Estou persuadido de que a maioria dos enganos que os homens cometem concernente às doutrinas das Escrituras, é baseada sobre erros fundamentais com respeito ao pacto da lei e da graça. Possa Deus nos conceder agora o poder para instruir, e a vocês a graça de receber a instrução sobre este assunto vital”¹⁴

Que essa oração de Spurgeon ao final desta citação seja a oração deste autor a todos que porventura vierem a ler este trabalho.

¹² GREIDANUS, Sidney. **Pregando Cristo a partir do Antigo Testamento**. São Paulo: Cultura Cristã, 2006. p. 66.

¹³ ROBERTSON, Palmer. **Alianças**. São Paulo: Cultura Cristã, 2010. p. 9.

¹⁴ SPURGEON, Charles. apud DUNCAN, Ligon. **O que é Teologia do Pacto?**

2.1 A doutrina do pacto nas Escrituras

Provavelmente a primeira pergunta a se fazer é “o que é um pacto?”. Talvez a primeira resposta que venha a mente seja um contrato, tal como é feito ao se realizar um casamento. Ali há as partes contratantes, no caso, os noivos, as condições estabelecidas, as promessas (votos) e as sanções em caso de quebra do contrato, e um símbolo (sacramento) que são os anéis de aliança. Todas essas coisas envolvem esse pacto, e serão analisadas adiante. Mas para responder à pergunta “o que é um pacto?” dentro da Bíblia, quando Deus é um dos “contratantes”, não basta responder que é um contrato entre as duas partes. As coisas mudam quando o Senhor soberano e Criador é uma das partes, pois quando ele entra em relação de aliança com o homem, é ele quem dá as diretrizes. E por ser ele imutável e alguém que não erra, as condições são baseadas em sua perfeição, e as promessas e sanções derivam também disso. Olhando pra essas considerações, um pacto de Deus com o homem, conforme observado nas Escrituras, pode ser definido, como muito bem Robertson mais uma vez estabeleceu: “Aliança é um pacto de sangue soberanamente administrado”.¹⁵

A definição é bastante objetiva, como se pode ver, mas esse conceito é profundo e muito relevante. A partir daqui o objetivo é explorá-lo ao longo das Escrituras, símbolos de fé e das definições históricas. Nada melhor do que iniciar olhando para a Bíblia. Onde, primeiramente, o termo “aliança” aparece?

A primeira menção bíblica ao termo aliança (*berith*)¹⁶ se encontra em Gênesis 6.18, quando Deus diz a Noé: “Contigo, porém, estabelecerei a minha aliança; entrarás na arca, tu e teus filhos, e tua mulher, e as mulheres de teus filhos”. Se observar os versículos precedentes, percebe-se que Deus pede a Noé para construir uma arca pois ele vai “derramar águas em dilúvio sobre a terra para consumir toda carne em que há fôlego de vida debaixo dos céus; tudo o que há na terra perecerá” (Gn 6.17). Mas a Noé e sua família Deus não consumiria, pois faria uma aliança com eles. Mas apesar de ser a primeira vez que esse termo aparece nas Escrituras, não é algo que Deus está utilizando pela primeira vez.

¹⁵ ROBERTSON, O. Palmer. **O Cristo dos pactos**. 2 ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2011. p. 14.

¹⁶ “*Berith*” e “*Diatheke*”, são principalmente os termos hebraico e grego, respectivamente, que correspondem à tradução “aliança” nas Escrituras. Entretanto, eles não são os únicos, mas os principais, por isso são os mais mencionados nas obras que tratam do assunto.

Deus se utiliza das palavras *wahăqimōtî 'et-bərîtî* (“estabelecerei a minha aliança”), este primeiro termo está na primeira pessoa *hiphil* perfeito de *qûm*, traduzido por estabelecer. Van Groningen explica que “no *hiphil*, o termo frequentemente significa continuar a ser estabelecido; nesse contexto, é dito a Noé que Deus manterá seu pacto. Isso só pode significar uma referência ao pacto estabelecido previamente, a saber, o pacto da criação”.¹⁷ Então, por mais que o termo aliança só apareça no capítulo 6 de Gênesis, certamente a ideia de aliança começa bem antes. Mais precisamente, em Adão, o primeiro homem criado.

A referência aqui é a aliança de Deus com o homem. Mas antes ainda de Adão há o chamado pacto de redenção, que é a aliança feita entre as pessoas da Trindade. Nele foi estabelecido o plano eterno de Deus. Antes mesmo da fundação do mundo Deus escolheu o seu povo, e determinou fazer esse plano o propósito de convergir em Cristo todas as coisas (Ef 1.4-11). Deus fez promessas acerca de Cristo e da salvação antes dos tempos eternos (Tt 1.2). O próprio sangue de Cristo (a morte) era conhecido antes dos tempos eternos (1 Pe 1.19-20). Esse plano foi feito antes mesmo da fundação do mundo (Ap 13.8, 17.8). Então, mediante a observação de todos esses textos bíblicos, entende-se que há sim uma ideia de um pacto entre as pessoas da Trindade em que cada uma delas exerceria sua função no plano traçado por Deus antes mesmo da criação.

W. Gary Crampton, sobre esse assunto, expressa que

o plano eterno de salvação, onde Cristo e sua obra redentora em favor da sua igreja são centrais, fundamenta-se no conselho intertrinitariano, que é tratado como pacto da redenção. Então, quando o plano foi executado, foi executado por meio do pacto. Assim, não é exagero afirmar que um entendimento apropriado da teologia do pacto é essencial, se alguém há de ter uma compreensão bíblica da relação entre Deus e as suas criaturas.¹⁸

Ou seja, o plano da Trindade, firmado desde antes da fundação do mundo, que foi realizado mediante o pacto entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo, tem por base a utilização da mesma ferramenta para execução desse plano, um pacto entre Deus e o homem. Por isso, a ideia deste capítulo é abordar a aliança de Deus com o homem, que

¹⁷ VAN GRONINGEN, Gerard. **Criação e consumação: Volume 1**. São Paulo: Cultura Cristã, 2002. p. 170-1.

¹⁸ CRAMPTON, W. Gary. **Cristo o mediador: uma análise da cristologia de Westminster**. Brasília, DF: Monergismo, 2014. p. 20.

perpassa por toda a Bíblia e é o elo unificador de todo esse plano trinitário, fundamentado e centralizado na obra de redenção de Jesus Cristo em favor de sua igreja.

Então, para inaugurar o estudo da teologia do pacto, o primeiro caminho a se seguir é voltar a Adão, antes mesmo de sua queda no pecado, e analisar a aliança realizada ali. Esse primeiro pacto ficou conhecido como pacto de obras.

2.1.1 O pacto de obras

O pacto de obras, ou pacto de criação, ou ainda pacto da natureza ou até da lei, são alguns dos nomes utilizados para o primeiro pacto que Deus realizou com sua principal criatura, o homem, criado à sua imagem e semelhança. Esse é um pacto realizado antes da queda do homem, antes de o pecado entrar no mundo, ou seja, é um pacto pré-lapsariano, realizado logo após a criação. A nomenclatura é objeto controvertido, de ampla discussão entre estudiosos, inclusive dentro de uma mesma linha de pensamento. Porém, neste trabalho, o nome “Pacto de obras” foi escolhido em derivação à sua utilização na Confissão de Fé de Westminster, um dos símbolos de fé da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), e por ser amplamente aceito dentro dela.

Cabe aqui ressaltar, entretanto, uma breve explicação a respeito da utilização dessa nomenclatura, e das outras observadas. Mas isso será feito logo mais, quando for tratado a respeito da doutrina do pacto na Confissão de Fé de Westminster. Este tópico abarca a definição de pacto de obras nas Escrituras, sendo mais produtivo explicar como a Bíblia apresenta o assunto para depois abordar os pontos secundários.

Portanto, para apresentar a doutrina do pacto de obras, volta-se os olhos para os primeiros três capítulos das Escrituras, especialmente no trecho referente Gênesis 2.16,17, que diz: “E o Senhor Deus lhe deu esta ordem: De toda árvore do jardim comerás livremente, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás; porque, no dia em que dela comeres, certamente morrerás”.

Em nenhum lugar desse trecho há menção explícita à aliança. Como já dito, a primeira vez que a palavra aliança é mencionada explicitamente é em Gênesis 6, mas há indicativos de que isso não é uma novidade. Além disso, não há necessidade de uma menção explícita da palavra aliança, desde que haja indicativos de que os elementos

básicos de um pacto estejam todos presentes ali. E em Gênesis 1-3 é possível verificar todos esses elementos, e em sua maioria, no trecho de 2.16,17.

Mas quais são esses elementos constituintes de um pacto? Nem todos colocam igualmente os elementos, mas as partes principais sempre são consideradas. Por exemplo, Arthur W. Pink aponta que os elementos constituintes são:

(1) existe uma estipulação de alguma coisa a ser feita e entregue pela parte que propõe a aliança; (2) existe uma estipulação pela outra parte de alguma coisa a ser feita ou entregue em consideração; (3) estas estipulações devem ser legais e justas, elas nunca podem ser justamente propostas para o erro; (4) existe uma penalidade incluída nos termos do acordo, alguma consequência ruim como resultado para a parte que, por ventura, violar o acordo – a penalidade é adicionada como segurança.¹⁹

Isso para quaisquer pactos que sejam feitos. O Rev. Dr. Heber Campos Jr. segue uma ideia semelhante, mas mais resumida. Entretanto, acrescenta que os sacramentos, ou seja, os selos que ratificam o pacto, também fazem parte desses elementos básicos. Ele diz que uma forma de resumir o que constitui pacto na Escritura, seja entre Deus e os homens, ou entre seres humanos, está nesses quatro elementos: 1) Partes contratantes 2) Condição de obediência perfeita 3) Promessas e castigos e 4) Sacramentos.²⁰

O Rev. Dr. Mauro Meister também diz que “essas características (soberania, sustento, relacionamento, responsabilidade, bênçãos e maldições) formam o conjunto de elementos do chamado pacto da criação”.²¹ E ainda, pra finalizar, o Dr. Michael Horton também dá sua contribuição acerca do assunto:

Mesmo em Gênesis 1-3 reconhecemos as características de uma aliança que já definimos: um prólogo histórico colocando o palco (Gn 1-2), estipulações [condições] (2.16,17) e sanções (2.17b) sobre as quais Eva e a Serpente discutem (3.1-5) e que são finalmente cumpridas em forma de juízo (3.8-19). É somente depois dessa decisão fatídica que uma nova base inesperada é colocada para o destino humano (3.21-24).²²

Ou seja, em suma, os principais elementos que sempre aparecem independente de quem seja a lista são: 1) Partes contratantes; 2) Condições de realização; 3) Bênçãos;

¹⁹ PINK, Arthur. **As Alianças Divinas: De Redenção e de Obras**. Amazon Serviços de Varejo do Brasil Ltda, p. 42.

²⁰ CAMPOS JR, Heber. **Pacto das Obras: Bíblico ou Não?** 2017. (26m38s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jmONJHKhFH8>>. Acesso em: 23 out. 2020.

²¹ MEISTER, Mauro. **Uma breve introdução ao estudo do pacto**. 1998. Disponível em: <https://cpaj.mackenzie.br/wp-content/uploads/2019/02/7_Uma_Breve_Introducao_ao_Estudo_do_Pacto_Mauro_Meister.pdf>. Acesso em: 23 out. 2020.

²² HORTON, Michael. **O Deus da Promessa**. São Paulo: Cultura Cristã, 2010. p. 70.

e 4) Maldições. Outros teólogos poderiam ser citados, mas todos perpassam por esses mesmos elementos de uma forma ou de outra. O importante é identifica-los no texto. E em Gênesis 2.16,17 realmente não é difícil evidenciar esses elementos.

O primeiro deles, as partes contratantes são óbvias no texto: Deus e Adão. Mas algo não tão óbvio, mas necessário de ser mencionado, é a representatividade de Adão. Na teologia, costuma-se dizer que Adão é cabeça federal de todos os homens, ou o representante de toda a humanidade. É por esse motivo que quando Adão caiu, todos caíram com ele (ou nele). Horton explica isso muito bem:

Quando incluímos referências do restante das Escrituras, Adão é claramente visto como não simplesmente um indivíduo, mas como representante público. Não era apenas ele que estava em aliança com Deus, mas toda a humanidade estava representada como estando em aliança com Deus por sua participação federal em Adão. Se Adão era nosso cabeça da aliança, então esse arranjo só pode ser caracterizado como uma aliança. Toda a criação, na verdade, foi julgada em algum sentido, em Adão (Gn 3.17,18; Rm 8.20). É com esse pano de fundo simultaneamente legal e relacional em mente, que Paulo faz suas declarações sobre a imputação do pecado de Adão como correlato da imputação da justiça do segundo Adão (especialmente em Rm 5).²³

Além disso, outra coisa importante a ser dita aqui é a relação entre essas partes. Normalmente uma aliança entre homens é dita ser bilateral, ou seja, ambas as partes estipulam suas condições e suas vontades de aceitar ou não os termos. Mas e uma aliança entre Deus e o homem? No verso 16 Deus deu uma ordem a Adão. Não parece que houve uma conversa entre eles para estipular as condições, nem parece que Adão pôde opinar muito ali. Tanto as estipulações quanto as sanções não foram discutidas. E o que isso indica? Robertson explica: “Tanto as evidências bíblicas como as extrabíblicas indicam a forma unilateral do estabelecimento da aliança. Nada de barganha, troca ou contrato caracteriza as alianças divinas na Escritura. O soberano Senhor do céu e da terra dita os termos de sua aliança”.²⁴ Ou seja, a aliança é puramente unilateral. Será?

O mesmo Robertson, segundo conta Ligon Duncan, disse outra coisa certa vez: “Eu lembro daquela pergunta sendo feita a Palmer Robertson em nossa aula de Teologia Bíblica. Um aluno disse: ‘Dr. Robertson, o pacto é unilateral ou bilateral?’ E o Dr. Robertson respondeu: ‘Sim’. E isso era a resposta certa.”²⁵ Como assim essa era a

²³ Idem.

²⁴ ROBERTSON, O. Palmer. **O Cristo dos pactos**. 2 ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2011. p. 22.

²⁵ DUNCAN, Ligon. **Covenant Theology**. p. 37.

resposta certa? É um ou outro? A resposta certa é que é tanto um quanto outro. Nas exigências e estipulações do pacto, certamente, como dito acima, o pacto é unilateral. Deus dita os termos. Mas há um aspecto em que o pacto é bilateral. Duncan explica:

Um pacto, por definição, tem condições. Não existe algo como uma aliança totalmente incondicional. Nunca deixe ninguém lhe vender uma nota de bens que existe algo como um pacto incondicional. Por quê? Porque você tem que ter dois lados antes de fazer uma aliança. E se você tem dois lados, então você tem requisitos. Então, uma aliança por definição tem condições. E assim a aliança da graça é unilateral e bilateral. É condicional e incondicional. É monergística e sinérgica.²⁶

Para esclarecer esse ponto ele dá 3 explicações: 1) Deus estabelece o pacto. Ele escolhe por causa do seu amor, por seu próprio conselho, e por graça se relacionar com o homem. Nesse sentido é unilateral. Mas por mais que seja um estabelecimento unilateral, não existiria pacto sem a outra parte. Não há relacionamento se o homem não estiver presente. Nesse sentido é bilateral. 2) Deus administra soberanamente o pacto. Ele é o Senhor, ele é o soberano e o homem é vassalo. Ele declara as obrigações, e nesse sentido o pacto é unilateral. Mas há duas partes no pacto. E isso é condicional porque existem condições específicas para serem preenchidas por cada parte. Nesse sentido, é bilateral. 3) Deus cumpre as condições do pacto. O homem, pelo seu pecado, não cumpriu. Mas Deus, por sua graça, cumpriu não só as suas condições, mas também as condições dos homens. Essa é a parte da graça, na aliança da graça [que será melhor explicada a frente]. Seu Filho, Jesus, Deus-homem, cumpre para o seu povo, as condições. Deus age, então, unilateralmente. Mas ainda assim há um relacionamento mútuo nessa aliança. Ela é condicional no sentido de que Deus não perdoaria o seu povo sem que a justiça fosse feita. Nesse sentido, ela também é bilateral.²⁷

Ou seja, o pacto é tanto unilateral, quanto bilateral. Deus é quem dita as regras, ele administra soberanamente o pacto, mas ainda assim há um relacionamento mútuo entre as partes, o que traz a bilateralidade do pacto.

Prosseguindo, segue-se o segundo elemento observado no texto para que se possa configurar o pacto: as condições. No texto diz que o Senhor deu uma ordem a Adão: “De toda árvore do jardim comerás livremente, mas da árvore do conhecimento do

²⁶ Idem.

²⁷ Ibid. p. 38-9.

bem e do mal não comerás”. Era essa condição, ou estipulação, que Deus, aquele que propõe soberanamente o pacto, ordenou a Adão seguir. Em resumo, era uma condição de obediência. E não uma obediência qualquer, era uma condição de obediência perfeita. E é nesse sentido que essa aliança recebe o nome de pacto de obras. Adão precisava cumprir a condição do pacto, para receber as bênçãos dele, ou seja, ele cumpriria o pacto mediante obediência, o que comumente é chamado de obras. R. C. Sproul deixa isso bem claro quando disse que “o destino de Adão e Eva e sua descendência é determinado por sua resposta à lei de Deus. Por seu comportamento, por suas obras. E, por isso, é chamado de Pacto de Obras”.²⁸ Algumas objeções são colocadas a respeito disso. Logo mais isso será tratado.

Por enquanto, segue-se para o terceiro e o quarto elementos constituintes do pacto: a promessa e a maldição. Essa última é facilmente vista no texto. O final do verso 17 deixa bem claro: “porque, no dia em que dela comerdes, certamente morrerás”. Se Adão descumprisse as estipulações do pacto, a sanção estava bem explícita, ele certamente morreria. Como ele era o cabeça federal, ele traria morte para toda a sua descendência.

Mas e a promessa? Onde ela pode ser vista no texto? Pode-se dizer que a promessa não está explícita, mas está implícita. Muito frequentemente teólogos reformados dizem, e não é estranho dizerem, que sempre por trás de um “não”, há um “sim”. Por exemplo, por trás de um “Não matarás” (Êxodo 20.13) há um “Preserve a vida do outro”. Então, quando Deus proíbe que se coma da árvore do conhecimento do bem e do mal, e diz que a penalidade é a morte, entende-se que por trás disso há uma promessa de vida.²⁹

Assim, todos os elementos básicos de uma aliança estão presentes no texto. Mas para ficar ainda mais claro, talvez seja interessante demonstrar um elemento adicional, o símbolo, ou como na teologia habitualmente se conhece, o sacramento que ratifica essa aliança. Em Gn 2.9 é dito que “Do solo fez o Senhor Deus brotar toda sorte de árvores agradáveis à vista e boas para alimento; e também a árvore da vida no meio do jardim e

²⁸ SPROUL, R. C. **O Pacto**. 2014. (10m43s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zabs607N5BY>>. Acesso em: 24 out. 2020.

²⁹ CAMPOS JR, Heber. **Pacto das Obras: Bíblico ou Não?** (28m45s).

a árvore do conhecimento do bem e do mal”. Percebe-se que duas árvores estão em evidência no texto: a da vida e a do conhecimento do bem e do mal. A segunda já é conhecida por ser aquela à qual foi proibido tomar o fruto. Mas pouco se fala da árvore da vida. Entretanto, não é difícil indicar seu propósito. Se a segunda árvore estava relacionada com a morte, a primeira, tanto pelo nome quanto por lógica, está associada à vida. Geerhardus Vos diz que “a árvore estava associada com a exaltada, imutável, vida eterna a ser assegurada mediante a obediência durante o período de provação”.³⁰ Ou seja, enquanto o homem estivesse cumprindo as exigências do pacto, aquela árvore lembraria a ele, ou seja, seria símbolo, sacramento, que apontava para as promessas e maldições do pacto. Mas não só isso, ela apontaria também para o relacionamento gracioso que o Deus soberano Criador estabeleceu com ele. Por isso, Vos conclui que “o fruto era o sacramento-vida específico para o tempo depois da provação”.³¹

Não restam dúvidas, portanto, que há elementos suficientes em Gn 1-3 para se certificar de que há um pacto, anterior à queda, que foi estabelecido entre Deus e Adão como cabeça federal de sua descendência. Mas, como o capítulo 3 de Gênesis narra, o homem não cumpriu as condições dessa aliança. Adão e Eva violaram esse pacto comendo do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal. E a partir disso, eles deveriam pagar as sanções previstas no pacto, conforme Deus as havia estipulado. Eles certamente deveriam morrer. Essa era a pena. E

“indubitavelmente a execução da pena começou imediatamente após a primeira transgressão. A morte espiritual entrou em cena no mesmo instante, e as sementes da morte começaram também a agir no corpo. A completa execução da sentença, porém, não se deu imediatamente, mas foi sustada, porque de imediato Deus introduziu a economia da graça e da restauração”.³²

Por morte espiritual, Berkhof quer dizer a separação, o afastamento, a quebra de relacionamento entre Deus e o homem. A morte física que antes não era conhecida, passou a vigorar, o que finalmente derivaria na morte eterna.

Deus poderia ter aplicado as 3 mortes de uma só vez: espiritual, física e eterna. Mas a mesma graça que Deus usou pra fazer este primeiro pacto, foi também usada após

³⁰ VOS, Geerhardus. **Teologia Bíblica: Antigo e Novo Testamentos**. São Paulo: Cultura Cristã, 2010. p. 44.

³¹ Ibid. p. 45.

³² BERKHOF, Louis. **Teologia Sistemática**. 4 ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2012. p. 200.

a queda do homem. Aprouve ao Senhor, graciosamente, estabelecer um segundo pacto, comumente conhecido como pacto da graça, a fim de dar uma nova oportunidade de vida ao homem espiritualmente morto, fadado à morte física e destinado à morte eterna.

2.1.2 O pacto da graça

A doutrina do pacto da graça é vista nas Escrituras a partir de Gênesis 3 até o último versículo de Apocalipse 22. Esse é o campo de atuação desta segunda aliança, que vigora até hoje. Mas onde ela é primeiramente vista, é no famoso versículo 15 do terceiro capítulo de Gênesis, o conhecido protoevangelho³³: “Porei inimizade entre ti e a mulher, entre a tua descendência e o seu descendente. Este te ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar”.

O contexto deste versículo é a queda do homem. É o momento em que Deus está estabelecendo as consequências da entrada do pecado no mundo. Deus está demonstrando os efeitos da violação do pacto de obras. Mas, graciosamente, em meio à sentença da serpente, ele anuncia, mesmo que brevemente, uma espécie de plano redentivo. Adão e Eva com certeza não entenderam o profundo significado do que foi dito por Deus ali, mas o Senhor deu a eles algo em que pudessem depositar a esperança e a fé de que um dia a situação seria contornada: um descendente prometido resolveria o problema.

Olhando apenas para esse versículo é difícil identificar todas as características elementares de uma aliança. Mas como foi dito, a aliança da graça abrange toda a Palavra de Deus a partir daí, e não faltam textos bíblicos que a fundamentem. Como Robertson bem explica: “Na medida em que a história se desenrola, tornam-se manifestas as implicações mais completas da aliança da redenção³⁴”.³⁵ O importante é entender as suas características, o seu desenvolvimento, e a sua relação para com este primeiro pacto, pois além de um derivar do outro, ambos se completam no plano redentor de Deus para a história do mundo. “A aliança de obras e a aliança de graça cumprem

³³ HORTON, Michael. **O Deus da promessa**. p. 82.

³⁴ A nomenclatura utilizada por Robertson, aliança da redenção, corresponde à aliança da graça.

³⁵ ROBERTSON, O. Palmer. **O Cristo dos pactos**. P. 79.

juntas as promessas de Deus desde toda a eternidade”.³⁶ Mas é conveniente que isso seja visto por partes.

Quanto às características do pacto da graça, os elementos seguem os mesmos, mas os objetos são diferentes. O primeiro elemento, as partes contratantes, permanecem sendo Deus e o homem, mas agora o homem caído. Horton deixa isso claro: “Como a aliança da criação, essa aliança [a da graça] é feita entre Deus e seus parceiros humanos – neste caso, Adão caído, Sete, Abraão e Davi”.³⁷ Além disso, tal como no pacto de obras, a questão do cabeça federal permanece. Antes Adão era o representante, o mediador da aliança, mas após a queda isso muda.

Essa mudança não está declarada explicitamente em Gênesis 3.15, mas é possível entender que o descendente da mulher, o prometido libertador, tomaria esse lugar. Mais explicitamente, e claro como a luz do dia, o apóstolo Paulo coloca isso em Romanos capítulo 5. Em Rm 5.12 Paulo relembra a representatividade de Adão no pacto de obras: “Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado, a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram”. Mas em seguida, agora baseado no pacto da graça, Paulo demonstra a nova representatividade em Cristo Jesus, que gera vida:

17 Se, pela ofensa de um e por meio de um só, reinou a morte, muito mais os que recebem a abundância da graça e o dom da justiça reinarão em vida por meio de um só, a saber, Jesus Cristo. 18 Pois assim como, por uma só ofensa, veio o juízo sobre todos os homens para condenação, assim também, por um só ato de justiça, veio a graça sobre todos os homens para a justificação que dá vida. 19 Porque, como, pela desobediência de um só homem, muitos se tornaram pecadores, assim também, por meio da obediência de um só, muitos se tornarão justos. 20 Sobreveio a lei para que avultasse a ofensa; mas onde abundou o pecado, superabundou a graça, 21 a fim de que, como o pecado reinou pela morte, assim também reinasse a graça pela justiça para a vida eterna, mediante Jesus Cristo, nosso Senhor. (Rm 5.17-21)

Fica claro, portanto, que o novo cabeça federal, o segundo Adão, aquele que representa a humanidade eleita, é o Senhor Jesus Cristo, aquele que cumpre o pacto de obras plenamente, o que o primeiro Adão não pôde fazer.

Isso é melhor explicado no segundo elemento constituinte do pacto: as estipulações. No pacto de obras a condição era obediência. Adão desobedeceu e caiu.

³⁶ SPROUL, R. C. **Somos todos teólogos: Uma introdução à teologia sistemática**. São José dos Campos, SP: Fiel, 2015. p. 187.

³⁷ HORTON, Michael. **O Deus da promessa**. p. 82.

Mas no pacto da graça há uma espécie de inversão da condição, como explica Horton, mais uma vez: “Assim, em vez de ser uma aliança baseada na lei (“Fazei isto e vivereis”) [que corresponde à obediência,] é baseada na promessa (“Vivei e fareis isto”) [que corresponde à fé].”³⁸ Um dos maiores teólogos do século XIX, Charles Hodge, ao analisar os elementos do pacto da graça, aponta a relação entre as condições do pacto de obras e do pacto de redenção com a condição do pacto da graça, firmado em Cristo:

a condição do pacto originalmente firmado com Adão era a perfeita obediência. Se houvera Adão retido sua integridade, haveria merecido a bênção prometida. Pois, para quem trabalha, o salário não é graça, mas dívida. De igual modo, a obra de Cristo é a condição do pacto da redenção. Sua base era meritória, estabelecendo um fundamento com justiça para o cumprimento das promessas que o Pai lhe fizera. Em outros casos, porém, por condição simplesmente nos referimos a um *sine qua non*³⁹. Uma bênção pode ser prometida sob a condição de que seja solicitada; ou que haja disposição para recebê-la. Não há mérito em pedir, nem mérito na disposição de receber, que é a base do dom. Ele permanece sendo um favor gratuito; não obstante, está condicionado ao ato de pedir. É neste sentido que a fé é a condição do pacto da graça. Não há mérito em crer. É apenas o ato de receber um favor oferecido. Em todo o caso, a necessidade é igualmente absoluta. Sem a obra de Cristo não teria havido nenhuma salvação; e sem fé não há salvação.⁴⁰

O que Hodge deixa bem claro é que a fé é a condição do pacto da graça, pois é por meio da fé que os favores, ou as promessas oferecidas por Deus, o proponente do pacto, são adquiridas. Da mesma forma que o era no pacto de obras por meio da obediência. E em ambos os casos é a graça de Deus que disponibiliza a promessa oferecida ao cumpridor das condições estabelecidas. Da mesma maneira, Hodge também deixa claro que, caso a condição não seja cumprida, não há aquisição da promessa, e fica subentendido que há recebimento das maldições.

Outra coisa notável no comentário de Hodge é que em nenhum momento ele coloca o pacto de obras como uma aliança extinta. Na verdade, ele vigora ainda. A questão é que agora quem passa a representar o homem e cumpre a condição de perfeita obediência, é Jesus Cristo, pois tal como Hodge coloca “sem a obra de Cristo não teria havido nenhuma salvação”. Cristo assume as condições e as sanções (morte pelo pecado de Adão) e as cumpre cabalmente, para todos aqueles que creem por meio da

³⁸ Idem.

³⁹ Expressão latina que significa literalmente “sem a qual não pode ser”, em outras palavras indispensável, essencial.

⁴⁰ HODGE, Charles. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Hagnos, 2001. p. 755.

fé nele (condição do agora novo pacto da graça). “Porque pela graça sois salvos, mediante a fé” (Ef 2.8).

Após a condição, segue-se naturalmente para os próximos elementos desse pacto: as promessas e maldições. Essas permanecem as mesmas do pacto de obras, vida e morte, mas agora com alguns adendos oferecidos na salvação em Cristo Jesus. A promessa se resume a “Eu serei o vosso Deus e vós sereis o meu povo”, presente em diversas passagens na Escritura (Êx 6.7; Lv 26.12; Jr 30.22). Berkhof elucida a abrangência dessa promessa resumo:

Esta única promessa realmente inclui todas as outras promessas, tais como: (a) a promessa de diversas bênçãos temporais, que muitas vezes servem para simbolizar as de natureza espiritual; (b) a promessa de jurisdição, incluindo a adoção de filhos e o direito à vida eterna; (c) a promessa do Espírito de Deus para a plena e livre aplicação da obra de redenção e de todas as bênçãos da salvação; e (d) a promessa de glorificação final numa vida que jamais terá fim.⁴¹

Todas essas promessas não são oferecidas de uma só vez, em uma só declaração tal como é visto no pacto de obras, mas são oferecidos progressivamente, de acordo com o desenvolvimento desse pacto, o que será visto logo mais adiante.

Quanto à maldição prevista pela não execução da condição deste pacto, pode-se ver pela mesma forma que foi utilizada para se explicitar a promessa no pacto de obras, ou seja, assumindo o lado antagônico da promessa. No caso, se a vida em Cristo Jesus é prometida, fora de Cristo há morte. Ou ainda olhando o resumo: “Eu serei vosso Deus e vós sereis o meu povo”, o lado antagônico é não pertencer a Deus, que a Bíblia traduz em “Se alguém não permanecer em mim, será lançado fora, à semelhança do ramo, e secará; e o apanham, lançam no fogo e o queimam” (Jo 15.6).

Além disso, esse elemento é facilmente visto nas Escrituras, por exemplo no evangelho de Marcos 16.16: “Quem crer e for batizado será salvo; quem, porém, não crer será condenado”. Ou então, pra finalizar a parte das características do pacto da graça e entrar no desenvolvimento, todas as características são facilmente vistas no dito resumo do evangelho, em João 3.16: “Porque Deus amou ao mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna”.

⁴¹ BERKHOF, Louis. **Teologia Sistemática**. p. 257.

Apenas nesse verso é possível ver todas as características elementares do pacto da graça: 1) As partes contratantes, Deus e o mundo⁴² representado por seu Filho unigênito, o qual é o segundo Adão, aquele que se tornou o novo representante dos eleitos de Deus; 2) A condição de fé no “todo aquele que nele crê”; 3) A promessa de vida eterna e; 4) A maldição no verbo perecer.

Não é à toa que esse versículo é considerado o resumo do evangelho. Hendriksen o chama de “a passagem bíblica mais preciosa de todas”.⁴³ Não teria como a doutrina do pacto não se harmonizar fiel e totalmente a ela. Isso só demonstra mais uma vez que a Teologia da aliança, especialmente a aliança da graça, “é o ponto fundamental em torno do qual gira, do começo ao fim, toda a questão da salvação”.⁴⁴

Demonstradas as características do pacto da graça, segue-se para outra questão de suma importância no entendimento da doutrina da aliança nas Escrituras, a saber, a forma de desenvolvimento da aliança ao longo da Bíblia e da história. Como visto, a aliança da graça tem seu início em Gênesis 3 e segue ao longo de toda a Bíblia. Não há interrupções ou dispensações distintas⁴⁵, apesar dos vários pactos que Deus faz com diferentes homens ao longo da história. Inclusive “a evidência cumulativa das Escrituras aponta definitivamente em direção ao caráter unificado das alianças bíblicas. Os múltiplos pactos de Deus com o seu povo unem-se basicamente em um único relacionamento”.⁴⁶

Sendo, então, a aliança de Deus com o homem algo único que perpassa ao longo de toda a Escritura, mas de diferentes perspectivas, é importante entender como ocorre esse desenvolvimento e essa estrutura. Talvez, um dos grandes nomes que sedimentaram o entendimento do desenvolvimento progressivo, histórico e orgânico da revelação por meio das alianças tenha sido Geerhardus Vos. Em seu livro, *Teologia Bíblica*, ele separou quatro principais características do desenvolvimento da revelação.

⁴² Existe uma certa discussão entre arminianos e calvinistas a respeito dessa palavra “mundo” e quanto à limitação, ou não, da expiação, mas aqui claramente trata-se do mundo representado por Cristo, ou seja, os eleitos.

⁴³ HENDRIKSEN, William. **João**. 2 ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2014. p. 163.

⁴⁴ GILLESPIE, Patrick. The Ark of the Testament opened. apud BEEKE, Joel e JONES, Mark. **Teologia Puritana**. São Paulo: Vida Nova, 2016. p. 386.

⁴⁵ Para mais informações a respeito da teologia que se desenvolveu nesse assunto, chamada de dispensacionalismo, ver POYTHRESS, Vern. **Understanding Dispensationalists**. Disponível em: <<https://frame-poythress.org/ebooks/understanding-dispensationalists/>> 1986. Acesso em: 27 out. 2020.

⁴⁶ ROBERTSON, O. Palmer. **O Cristo dos pactos**. p. 31.

Primeiro a progressividade histórica, ou seja, “a revelação não foi completada num único ato exaustivo, mas se desdobrou ao longo de uma série de atos sucessivos”. Segunda, a incorporação dessa revelação na história do mundo. Terceira, a natureza orgânica do processo de revelação, ou seja, é um crescimento natural, não uniforme. E por fim, a adaptabilidade prática da revelação. Não foi uma autorrevelação com propósito intelectual, mas o objetivo do “conhecer” a Deus, foi se relacionar com ele. “O ambiente da revelação não é uma escola, mas um “pacto”.⁴⁷

Um outro autor que contribui muito neste estudo pra essa parte é Gerard Van Groningen. Ele pegou o entendimento de Vos e o organizou com definições bastante didáticas. Ele diz que a mensagem bíblica se desenvolve também em quatro características. “Primeiro, a revelação da relação pactual é orgânica, isto é, essa revelação escrita não foi dada de uma só vez na forma plena que temos hoje.” A mensagem foi dada de forma embrionária, e todos os elementos estavam ali presentes como sementes. “Segundo, a revelação foi progressivamente manifestada. As sementes iniciais foram gradualmente sendo abertas e desenvolvidas”. Esse caráter orgânico e progressivo serviu de base para discernir se dado profeta realmente falava a verdade de Deus. Se qualquer mensagem proclamada contradizia outra revelada previamente, o profeta podia ser identificado como falso. Isso quer dizer que “qualquer mensagem tinha de ser necessariamente uma reafirmação e amplificação de outra revelada anteriormente”. Em “terceiro, a revelação é histórica. Deus tem sempre tratado com a humanidade no curso de sua vida diária”. A revelação se desenvolve de acordo com o processo histórico, “de modo que homens e mulheres possam compreender e aplicar a mensagem duradoura das relações pactuais ao tempo em que vivem”. Entretanto, algo importante nessa questão a ser dito, é que “a própria mensagem nunca é fundamentalmente condicionada por tempos históricos e específicos. Ao contrário, a revelação dada de um modo significativo fala ao povo de sua própria era e o conduz” da forma como Deus pretende que ele seja. Por fim, quarto, “a natureza histórica da mensagem constitui sua quarta característica. A revelação de Deus sempre foi adaptável aos tempos que foi dada”. As pessoas podiam aplicar essa revelação às próprias vidas,

⁴⁷ VOS, Geerhardus. **Teologia Bíblica**. p. 16-20.

mas a revelação também foi dada de modo que constituía em força integral e controladora nas circunstâncias em que os recipientes dessa revelação vivam.⁴⁸

Por fim, o último autor a ser analisado foi O. Palmer Robertson. Ele estruturou o entendimento do desenvolvimento da revelação pactual nas Escrituras ao longo das principais alianças entre Deus e o homem na Bíblia. A figura 1 mostra essa estrutura conforme pensada por Robertson.

Figura 1: A estrutura da aliança nas Escrituras



Fonte: ROBERTSON, O. Palmer. **O Cristo dos pactos**. p. 58.

O próprio autor a explica:

Os traços do diagrama pretendem representar os vários aspectos significativos das alianças divinas em sua diversidade:

1. O propósito definitivo da aliança da criação [aliança de obras] encontra realização na aliança da redenção [aliança da graça]. Os objetivos das duas alianças se correspondem. Mediante a redenção, os propósitos originais da criação são atingidos – ou mesmo superados
2. As várias administrações da aliança da redenção relacionam-se organicamente umas às outras. Não substituem umas às outras cronologicamente. Em vez disso, cada aliança sucessiva expande-se com relação às administrações anteriores.
3. Cada uma das administrações obscuras, proféticas, da aliança da redenção (linhas pontilhadas) encontra seu cumprimento em Cristo, o incorporador pessoal

⁴⁸ VAN GRONINGEN, Gerard. **Revelação Messiânica no Antigo Testamento**. 2 ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2003. p. 59-60.

da nova aliança. Nele está o cumprimento de todos os propósitos das alianças de Deus.⁴⁹

Em resumo, a doutrina da aliança na Bíblia se desenvolve de acordo com a história, progressivamente e organicamente, ao longo das várias alianças que Deus faz com o homem. Todas essas alianças apontam pra Cristo. “A progressão histórico-redentora liga Cristo aos acontecimentos redentores do Antigo Testamento que encontram nele seu clímax”.⁵⁰ Cada uma dessas alianças tem seus próprios representantes, como Noé, Abraão, Moisés e Davi, que são como tipos de Cristo. Essa é uma ferramenta essencial para a pregação fiel das Escrituras, algo que será visto no segundo capítulo.

Não há tempo, nem é a intenção deste trabalho analisar a estrutura e características de cada uma dessas alianças que formam a aliança da graça. O objetivo aqui era expor como a Bíblia apresenta de modo geral a doutrina do pacto. A aliança Abraâmica será objeto de estudo e aplicação do conteúdo deste primeiro e do segundo capítulos na parte final deste trabalho. Segue-se agora o estudo da doutrina do pacto de acordo com os documentos confessionais.

2.2 A doutrina do pacto nos símbolos de fé

A Confissão de fé de Westminster (CFW) é, certamente, dentre as grandes confissões reformadas, uma das que mais dá proeminência à teologia do pacto. Na verdade, como argumenta B. B. Warfield “O princípio arquitetônico da Confissão de Westminster é apresentado pela esquematização da teologia federal⁵¹, que alcançou [...] uma posição dominante como a forma mais adequada de mostrar o *corpus* da doutrina reformada”.⁵²

A CFW dedica todo um capítulo para tratar exclusivamente da teologia da aliança. Não que ela seja tratada apenas ali, pois ela fundamenta muitos outros capítulos mesmo que de forma implícita. Entretanto, o capítulo VII é exposição dos fundamentos dessa doutrina, e seguem de forma muito semelhante ao que foi tratado no tópico anterior.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ GREIDANUS, Sidney. **Pregando Cristo a partir do Antigo Testamento**. p. 233.

⁵¹ Outra forma de se falar da teologia do pacto.

⁵² WARFIELD, B. B. *The Westminster Assembly and its Work*. apud VENEMA, Cornelis. **Cristo e a Teologia do Pacto**. São Paulo: Cultura Cristã, 2019. p. 26.

As duas primeiras seções desse capítulo vão tratar especificamente do primeiro pacto que Deus fez com o homem, o pacto de obras. E a CFW define este pacto nos seguintes termos: “O primeiro pacto feito com o homem era um pacto de obras; nesse pacto foi a vida prometida a Adão e, nele, à sua posteridade, sob a condição de perfeita e pessoal obediência”.⁵³

A primeira questão a ser observada é quanto a nomenclatura. Os teólogos de Westminster escolheram utilizar o nome “Pacto de Obras”. A primeira objeção a este pacto, não somente à sua nomenclatura, é o entendimento de que em Gênesis 1-3 não há menção a uma aliança. Isso já foi plenamente discutido no tópico anterior, na análise das Escrituras. Mas é importante demonstrar também que a própria Confissão segue a concepção de que há um pacto na criação. Ao comentar a primeira seção do capítulo VII, Van Dixhoorn mostra não só a importância, mas a necessidade de um pacto: “todo contato humano com Deus seria infrutífero, se Deus não tivesse livremente decidido vir a nós e estabelecer os termos por meio dos quais poderíamos ter comunhão com ele. Uma aliança que nós chamamos de pacto”.⁵⁴ É certo que demonstrar a necessidade e a importância, não prova a existência. Mas a segunda seção, já citada acima, resolve esse problema. A confissão deixa claro a existência de um pacto demonstrando seus elementos. É exatamente a resposta que A. A. Hodge dá a essa objeção, pois a “transação incluía todos os elementos de um pacto”. Além disso ele acrescenta que “os diversos exemplos de transações análogas entre Deus e os homens são expressamente intitulados pactos na Bíblia. Se as transações de Deus com Noé (Gn 9.11,12) e com Abraão (Gn 17.1-21) eram pactos, então foi um pacto sua transação com Adão no jardim”⁵⁵, pois ela apresenta os mesmos elementos, a saber, suas partes, sua promessa, suas condições e sua penalidade.

A segunda, e talvez a grande objeção desse nome se dá no entendimento “de que essa terminologia expressa a ideia de que a posição do homem diante de Deus, ao menos no contexto pré-queda, é baseada no mérito das boas obras”.⁵⁶ Ou seja,

⁵³ CFW. **Confissão de Fé de Westminster**. VII.2.

⁵⁴ VAN DIXHOORN, Chad. **Guia de Estudos da Confissão de Fé de Westminster**. São Paulo: Cultura Cristã, 2017. p. 119.

⁵⁵ HODGE, A. A. **Confissão de fé de Westminster comentada**. 5 ed. Recife, PE: Os Puritanos, 2016. p. 171.

⁵⁶ VENEMA, Cornelis. **Cristo e a Teologia do Pacto**. p. 40.

consideram que a recompensa oferecida por Deus seria obtida de forma meritória, e não por graça. Então a questão não se restringe apenas à terminologia utilizada, mas a doutrina que supostamente introduz a ideia de mérito na relação entre criatura e Criador.⁵⁷

O início da resposta a essa questão é demonstrado no entendimento errado de que essa nomenclatura elimina a graça presente no pacto. Sproul diz que ao “entrar Deus em aliança com uma criatura e fazer-nos qualquer promessa sob qualquer condição é, em si mesmo, um ato de graça. Deus não tem obrigação de prometer qualquer coisa a suas criaturas”.⁵⁸ É justamente isso também que A. A. Hodge, ao comentar o texto da confissão na seção 1 do capítulo VII, diz: “O desfrute da plenitude e amor do Criador, pela criatura, contudo, é uma matéria de livre e soberana graça, dependendo exclusivamente da vontade do Criador”.⁵⁹ Por fim, Andrew Woolsey, em seu robusto estudo sobre a teologia do pacto, relembra que uma das fontes principais dos teólogos de Westminster na produção do texto do capítulo VII, o *Covenant of grace* de John Ball, diz algo semelhante: “As bênçãos e recompensas da aliança foram prometidas em justiça e dadas em justiça pelas obras do homem, ‘mas foi pela graça que Deus foi servido se unir à sua criatura, e acima da retribuição da criatura: e embora a recompensa seja justa, é também pela graça’”.⁶⁰

Venema amplia essa resposta. Ele até reconhece que olhando a nomenclatura “pacto de obras” pura e simplesmente, há uma necessidade de complementação do nome com uma terminologia alternativa como “pacto de vida” ou “pacto de favor”, pois pode sim haver uma diminuição no fato de Deus ter colocado o homem em uma posição de favor especial, sem que ele merecesse. Entretanto, há uma segunda observação nessa nomenclatura que mostra os benefícios em se usar essa terminologia específica. Venema completa dizendo que “a linguagem da CFW coloca diante de nós com clareza o fato de que não há comunhão com Deus que seja possível para o homem em que ele seja capaz de desfrutar da plenitude da vida, sem que ofereça ao seu Criador uma

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ SPROUL, R. C. **Somos todos teólogos**. p. 186.

⁵⁹ HODGE, A. A. **Confissão de fé de Westminster comentada**. p. 169.

⁶⁰ BALL, John. *Covenant of grace*. apud WOOLSEY, Andrew. **Unidade e Continuidade na Teologia da Aliança**. São Paulo: Cultura Cristã, 2015. p. 49.

obediência sincera”.⁶¹ Ou seja, a força que essa nomenclatura tem de “diminuir” a graça, ou o favor de Deus no primeiro pacto, é uma força ainda maior para demonstrar a necessidade de um mediador que cumpra as condições do pacto de obras para o ser humano, que não consegue fazê-lo, isto é, evidencia a necessidade do pacto da graça. Neste pacto, “a exigência e o dever da obediência permanecem, mas Deus concede graciosamente um mediador, por meio do qual essa exigência e dever são cumpridos. E, por fim, Venema conclui que

Embora essa terminologia possa não ser completa ou completamente satisfatória, mantém a diferença entre uma comunhão que, para ser mantida e aperfeiçoada, exige obediência gratuita e sincera, e uma comunhão que, para ser restaurada e recuperada, exige a garantia graciosa e misericordiosa da vida eterna por meio da obra de um Salvador. Ela repete a verdade bíblica de que a vida prometida ao homem na primeira aliança somente é restaurada a ele e, finalmente, concretizada em glória escatológica no pacto da graça (cf. Rm 6.23; Ap 2.7).⁶²

Em seguida, a terceira seção além de definir o pacto da graça, mostra sua importância, sua necessidade e suas características. E algo que precisa ser enfatizado aqui é que a CFW deixa bem claro que são dois pactos distintos. E há bastante objeção a esse respeito. Rushdoony escreve em sua sistemática que “a Confissão, ao falar do pacto das obras, diz que ‘o homem, tendo-se tornado pela sua queda incapaz de vida por esse pacto’, o Senhor deu-lhe um segundo pacto, um pacto da graça (Cap. VII, III). Isso novamente é um erro sério”.⁶³ E sua principal argumentação é dizer que “a incapacidade do homem em relação a Deus não veio através da Queda. Nem no estado da inocência, na Queda ou no estado da graça e da glória o homem tem qualquer capacidade de prestar algo a Deus por meio de obras”. E ele conclui dizendo que “Dessa forma, a “quebra” do pacto por Adão não foi uma quebra de um pacto de obras ou Natureza, mas uma quebra da graça a Deus”. Ou seja, tudo é graça e não existe tal pacto de obras.⁶⁴

A defesa da existência do pacto de obras e de sua terminologia já foi feita diversas vezes aqui. O foco agora é mostrar que o pacto da graça é sim distinto do de obras, tal como a CFW coloca, como sendo um segundo pacto. Venema é bastante sucinto na

⁶¹ VENEMA, Cornelis. **Cristo e a teologia do pacto**. p. 40.

⁶² Ibid. p. 44.

⁶³ RUSHDOONY, Rousas. **Existe um pacto de obras?** Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/teologia_pacto/existe-pacto-obras_Rousas-Rushdoony.pdf>. Acesso em 28 out. 2020.

⁶⁴ Idem.

defesa desse ponto, explicando que a CFW apenas reflete o que a Bíblia ensina de que “o homem foi originalmente criado bom, segundo a própria imagem de Deus, e colocado em uma aliança de comunhão com ele”. Essa comunhão antes da queda inclui promessas e exigências. Era uma relação mutável capaz de ser rompida pelo pecado da desobediência. Ele então prossegue dizendo que “essa comunhão original da aliança [...] não pode ser identificada com a situação pós-queda em que o povo da aliança de Deus, por meio do pacto da graça, é restaurado mais uma vez para a comunhão com Deus”. E ele conclui dizendo então que “essa segunda aliança, o pacto da graça, é realizada com a nova humanidade em Cristo, o Mediador, e envolve o chamado de um povo para posse de Deus entre toda a raça humana” e a “teologia fiel ao ensino bíblico deve mostrar a diferença na posição do homem diante de Deus nos estados pré e pós-queda. A CFW faz isso por meio da criação de um pacto das obras e um pacto da graça”.⁶⁵

Além disso, como a seção 3 bem coloca, os objetos dos elementos do pacto são distintos. As partes são Deus e a humanidade pecadora eleita, agora mediada pelo seu Filho Jesus Cristo. A condição é fé, e a promessa oferecida é “vida e salvação mediante Jesus Cristo”⁶⁶. Ou seja, são pactos distintos.

Por fim, as últimas seções da CFW em seu capítulo VII devem ser analisadas cuidadosamente pois tratam de como essa maravilhosa doutrina é encontrada no Antigo Testamento (seção 5) e no Novo Testamento (seção 6), mas ainda assim possuem unidade, e isso ocorre pois Cristo é a substância principal dos dois testamentos. Elas são introduzidas pela seção 4, que explica “a diferença de linguagem usada na Bíblia para descrever as realidades do pacto da graça”⁶⁷, como Patrick Gillespie conclui:

A aliança da graça é um testamento, porque as mesmas coisas que a aliança exige de nós como condições a realizarmos são legadas a nós entre os bens de Cristo, que pelo seu testamento e última vontade ele dispôs e deixou inquestionavelmente para o seu povo”.⁶⁸

A seção 5 mostra como o pacto no Antigo Testamento foi administrado, “por meio de promessas, profecias, sacrifícios, da circuncisão e do cordeiro pascal”, tudo

⁶⁵ VENEMA, Cornelis. **Cristo e a Teologia do Pacto**. p. 40-1.

⁶⁶ CFW. **Confissão de Fé de Westminster**. VII.3.

⁶⁷ VAN DIXHOORN, Chad. **Guia de Estudos da Confissão de Fé de Westminster**. p. 125.

⁶⁸ GILLESPIE, Patrick. The ark of the Testament opened. apud WOOLSEY, Andrew. **Unidade e Continuidade na Teologia da Aliança**. p. 60-1.

“prefigurando Cristo que havia de vir”. Enquanto que na seção 6, mostrando a administração do pacto no Novo Testamento, expõe o Cristo já manifesto, tendo suas ordenanças agora sendo “a pregação da Palavra e a administração dos sacramentos do Batismo e da Ceia do Senhor”, tudo isso não mais apontando para o que havia de vir, mas anunciando o Cristo que já veio. Na época do Antigo Testamento, “essas coisas, pela operação do Espírito Santo, foram suficientes e eficazes para instruir e edificar os eleitos na fé no Messias prometido, por quem tinham plena remissão dos pecados e a salvação eterna”, tal como o é no Novo Testamento. Por isso “Não há dois pactos da graça diferentes em substância, mas um mesmo sob várias dispensações”.⁶⁹

Essas seções são de extrema importância, e é necessário explorá-las mais um pouco. A teologia do pacto, conforme ensinada na CFW, conduz e enriquece o entendimento da obra da salvação no Antigo Testamento. Muitos veem como uma obra diferente da executada no Novo Testamento, mas se enganam, pois a fé em Jesus Cristo (ou no Messias para o Antigo Testamento. Ou ainda o descendente da mulher para Adão e Eva) é a condição de ambos, tal como foi ensinado nos elementos do pacto da graça. Como Ligon Duncan afirma: “agora, quando você começa a chegar a esse ponto, você está começando a ver por que A Teologia da Aliança está tão perto do coração do Evangelho. Porque o Evangelho é sobre como Deus provê a salvação, apesar de nós mesmos e nos leva de volta a um relacionamento salvador com ele”.⁷⁰ A Teologia do pacto evidencia Cristo em toda a Escritura!

Além disso, a doutrina da aliança segundo a CFW também demonstra como o evangelho é consistente e coerente, mesmo perpassando por 66 livros, pelos mais diversos autores e estilos de escrita, ainda assim a Palavra de Deus é incomparavelmente única, apresentando uma mensagem central com total coerência. É por isso que Johnstone acredita “que a teologia da aliança é a maneira exata de entender a história única de redenção de Deus”.⁷¹ E é fundamentado na teologia do pacto que o ministro escocês presbiteriano James Orr diz que

⁶⁹ CFW. **Confissão de Fé de Westminster**. VII.5.

⁷⁰ DUNCAN, Ligon. **Covenant Theology: A Biblical, Theological, and Historical Study of God's Covenants** p. 39.

⁷¹ JOHNSTONE, Steve. **Preaching the gospel in the light of covenants**. Amazon Digital Services LLC, 2016. Formato E-book. pos. 39.

De Gênesis a Apocalipse, sentimos que este livro é, em um sentido real, uma unidade. Não é uma coleção de fragmentos, mas tem, como dizemos, um caráter orgânico. Tem uma história conectada para contar do começo ao fim; vemos algo crescendo diante de nossos olhos; existe plano, propósito, progresso; o fim se dobra no começo e, quando o todo termina, sentimos que aqui novamente, como na criação primitiva, Deus terminou todas as Suas obras, e eis que elas são muito boas.⁷²

Os teólogos de Westminster não estavam apresentando uma novidade na forma de entender o evangelho. Na verdade, eles estavam utilizando o que já havia sido expresso, mas não fundamentado e desenvolvido ao longo da história. E eles foram muito felizes em fazê-lo, pois a partir daí, o entendimento da teologia do pacto despontou e cresceu, o que foi e ainda tem sido de grande auxílio para o entendimento correto das Sagradas Escrituras e do relacionamento de Deus para com o seu povo. É por isso que o próximo tópico se concentra em expor o desenvolvimento dessa doutrina ao longo da história.

2.3 A doutrina do pacto na história da igreja

Um dos principais argumentos utilizados pelos contrários à doutrina da aliança é o argumento histórico. “É dito que a introdução da ideia de aliança como uma categoria teológica é um fenômeno dos tempos modernos”. Inclusive, muitos declaram que as referências mais contundentes só vieram no tempo da Confissão de fé de Westminster.⁷³

Entretanto, não é difícil responder a essa objeção. Na verdade, o mais óbvio é que as doutrinas se desenvolvam assim, pois normalmente a menção aos objetos da doutrina surgem bem antes das terminologias utilizadas. Ou seja, de fato a doutrina se desenvolveu mais fortemente no período da pós reforma, mas desde muito antes já se falava sobre seus objetos.⁷⁴ Falando especificamente sobre o pacto de obras, Berkhof argumenta de forma semelhante dizendo que “entre os mais antigos ‘pais da igreja’ raramente se acha a ideia da aliança, embora sejam mencionados os elementos que ela

⁷² ORR, James. The Problem of the OT. apud JOHNSTONE, Steve. **Preaching the gospel in the light of covenants**. pos. 309.

⁷³ WOOLSEY, Andrew. **Unidade e Continuidade na Teologia da Aliança**. p. 137.

⁷⁴ CAMPOS JR, Heber. **Pacto das Obras: Bíblico ou Não?** (15m01s)

envolve, a saber, o mandamento probatório, a liberdade de escolha, e a possibilidade do pecado e da morte”.⁷⁵

Andrew Woolsey, em sua obra *Unidade e continuidade na teologia da aliança*, dedica, por exemplo, todo um capítulo pra tratar da doutrina da aliança nos pais da igreja. Ele mostra que “uma das ênfases no uso reformado da aliança é demonstrar a unidade e a continuidade ou harmonia entre o Antigo Testamento e o Novo”. E uma das coisas que os primeiros pais mais eram pressionados a explicar era o relacionamento entre os testamentos. E “a aliança era naturalmente vista como um fator unificador no relacionamento de Deus com os homens”. Ele cita a epístola de Barnabé, os escritos de Justino Mártir, Irineu de Lião, Clemente de Alexandria e Agostino de Hipona como usuários dos aspectos da aliança para enfatizar “a unidade entre o Antigo e o Novo Testamentos, e para explicar as diferenças encontradas neles”. Irineu, por exemplo, “foi um dos expositores mais claros da aliança entre os pais. Ele afirma que, por sua longanimidade para com o homem caído, Deus condescendeu em dar mais do que uma aliança à humanidade, acomodando-as ao esquema geral da fé”. O que se parece muito com a linguagem da CFW. Mas também não se pode deixar de citar Agostinho de Hipona, pois ele se baseava “na posição patrística, com sua ênfase principal em duas alianças, a ‘antiga’, manifesta de forma suprema no acordo sinaítico, e a ‘nova’ em Cristo.”⁷⁶

Sobre a o desenvolvimento da aliança no pensamento medieval, Duncan afirma que o desenvolvimento da teologia da aliança na era medieval ficou abandonado, de certa forma, pois “não é de surpreender que, à medida que o conhecimento do hebraico se desvanece e o latim se torna a língua franca da igreja cristã, especialmente da igreja cristã ocidental, o conceito de aliança desaparece teologicamente em segundo plano”.⁷⁷ Não é que não houve qualquer tipo de desenvolvimento, mas não houve foco. Woolsey diz que a ideia de aliança “está bem presente no pensamento dos ‘precursores’ medievais da reforma”, e que isso é visível, pois os reformadores e pós-reformadores foram ávidos leitores dos escritores medievais (como também dos primeiros pais). No entanto, a ideia

⁷⁵ BERKHOF, Louis. **Teologia Sistemática**. p. 195.

⁷⁶ WOOLSEY, Andrew. **Unidade e Continuidade na Teologia da Aliança**. p. 137-154.

⁷⁷ DUNCAN, Ligon. **Covenant Theology: A Biblical, Theological, and Historical Study of God's Covenants**. p. 54.

de aliança na era medieval se desenvolveu em “usos sociológicos, governamentais, hermenêuticos e soteriológicos específicos”.⁷⁸

Porém, quando se chega no período da reforma, o foco perdido, agora, é reencontrado. Primeiramente porque houve um resgate das Escrituras.

Qualquer que seja o elemento de continuidade entre os reformadores do século 16 e seus precursores medievais, o fator central na Reforma da religião que ocorreu foi o retorno às Escrituras. O estudo sistemático da Bíblia, especialmente do Antigo Testamento, há muito tinha sido negligenciado. Com o interesse renovado pela exposição das Escrituras, teria sido difícil realmente não perceber o lugar dado à aliança como um de seus grandes temas unificadores. Como escreve George Marsden, “A doutrina da aliança foi enfatizada primariamente porque se descobriu que era um conceito bíblico central. Era [...] mais um exemplo da recuperação protestante do ensino bíblico. Percebe-se que é esse o caso pelo fato de que a doutrina da aliança começou a aparecer em diversos lugares tão logo a Reforma começou”⁷⁹

Essa constatação feita por Marsden é de extrema importância, pois mostra que a teologia da aliança é realmente algo central, fulcral nas Escrituras, pois não é de se estranhar que quando há um resgate bíblico fiel, apareça um novo anseio por essa doutrina já idealizada na época dos pais. Além do que isso demonstra que não foi uma descoberta de algo novo, mas o caminho natural do desenvolvimento da doutrina a partir do momento em que a Bíblia é recolada no lugar onde nunca deveria ter saído.

Ulrico Zwinglio, 1484-1531, um dos primeiros reformadores, enfatizou muito o conceito de aliança em seus escritos. Ele usou a ideia da aliança para refutar os anabatistas na questão do batismo infantil. Ele também ensinou que Deus fez uma aliança com Adão, embora sem observar questões mais específicas, mas Zwinglio foi significativo no desenvolvimento do uso do conceito de aliança.⁸⁰

Dentre os primeiros reformadores, provavelmente Henrich Bullinger é o mais claro na utilização das alianças. Bullinger escreveu um livro chamado *Of the One and Eternal Testament or Covenant of God* (“Do único e eterno testamento ou a Aliança de Deus”). Nesse livro ele argumentou que as várias alianças presentes nas Escrituras são

⁷⁸ WOOLSEY, Andrew. **Unidade e Continuidade na Teologia da Aliança**. p. 167.

⁷⁹ MARSDEN, George. “Perry Miller’s rehabilitation”. apud WOOLSEY, Andrew. **Unidade e Continuidade na Teologia da Aliança**. p. 170.

⁸⁰ DUNCAN, Ligon. **Covenant Theology: A Biblical, Theological, and Historical Study of God's Covenants**. p. 55.

organicamente relacionadas, e que a Nova Aliança foi um cumprimento de todas as alianças anteriores.⁸¹

Quanto a João Calvino, existe uma enorme discussão sobre qual o pensamento central de sua teologia. “Ninguém jamais sugeriu que Calvino tenha usado a aliança como característica dominante do seu sistema da maneira que o fazem alguns teólogos posteriores como Cocceius e Witsius”. Mas vários teólogos que estudaram profundamente sobre a teologia de Calvino, como W, Van den Bergh, P. Lillback, Anthony Hoekema e Eenigenburg, dizem que a “aliança é uma parte contínua e integral de todo o pensamento teológico de Calvino. Sem ela a unidade de seu sistema inteiro seria minada”.⁸²

Gaspar Oleviano e Zacarias Ursinus, os escritores do Catecismo de Heidelberg, também foram muito prolíficos nessa área, dando grandes contribuições. Oleviano, inclusive, “foi o verdadeiro fundador de uma Teologia Federal em que o conceito de aliança foi, pela primeira vez, o princípio determinante do sistema todo”.⁸³ E a partir daí, a teologia do pacto se desenvolveu, e muitos teólogos escreveram a seu respeito e a aderiram como princípio arquitetônico para sistematização da verdade cristã, tal como Donald Macleod escreve a respeito do desenvolvimento da doutrina da aliança a partir do período dos reformadores:

A teologia da aliança (ou federal) é assim chamada porque usa o conceito da aliança como um princípio arquitetônico para a sistematização da verdade cristã. As sementes dessa abordagem foram plantadas por João Calvino (Institutas 2: 9-11) e já há indícios disso em Ulrico Zwinglio (1484-1531), Henrich Bullinger (1504-1575) e Zacharias Ursinus (1534-1583). Mas levou algum tempo para se desenvolver completamente, embora no início do século XVII virtualmente todos os teólogos reformados ortodoxos tenham aceitado e trabalhado sua teologia dentro de sua estrutura. Teólogos como Johannes Cocceius em sua *Summa Doctrinae de Foedere et Testamento Dei Explicata* (Amsterdam, 1648) e Herman Witsius em seu *De Oeconomia Foederum Dei cum Hominibus* (Leeuwarden, 1677; ET 3 vols, Londres, 1763; 1822, 2 vols) representam teologia da aliança em forma totalmente desenvolvida. Os teólogos ingleses também geralmente adotaram a teologia da aliança. John Preston, *The New Covenant* (Londres, 1629), John Ball, *A Treatise of the Covenant of Grace* (Londres, 1645), Francis Roberts, *Mysterium & Medulla Bibliorum. A Myserie e a Medula da Bíblia: viz God's Covenants with Man* (Londres, 1657) e William Strong, *A Discourse of the Two Covenants* (Londres, 1678) são apenas quatro exemplos. Em consonância com isso, a Assembleia de Westminster usou uma estrutura de aliança ao redigir

⁸¹ Ibid. p. 56.

⁸² WOOLSEY, Andrew. **Unidade e Continuidade na Teologia da Aliança**. p. 207-8.

⁸³ BERKHOF, Louis. **Teologia Sistemática**. p. 195.

sua Confissão de Fé e catecismos, como fez *The Marrow of Modern Divinity* (Londres, 1645).⁸⁴

A partir do momento em que a doutrina do pacto encontrou reconhecimento na CFW, muito mais foi desenvolvido, mas não é objetivo deste trabalho acompanhar todo o desenvolvimento histórico da doutrina. Entretanto, é importante ressaltar que a teologia da aliança teve fraca receptividade na teologia católica romana e na luterana. Mas entre os presbiterianos, como os Hodges, Thornwell, Breckenridge e Dabney, e entre os reformados holandeses como Kuyper e Bavinck, ela se manteve e cresceu, e “pela graça de Deus ele continua sendo uma viva realidade nos corações e nas mentes do povo”.⁸⁵

Para finalizar, é importante trazer um pouco do desenvolvimento da teologia do pacto para o cenário brasileiro. Não há muitos escritos históricos que relatam o crescimento da doutrina no país, mas a quantidade de livros traduzidos, livros escritos e artigos em língua portuguesa, circulando em território brasileiro já falam por si só. Os grandes influenciadores são Louis Berkhof em sua *Teologia Sistemática* (1 ed. LPC: 1990), talvez a teologia sistemática precursora, ao menos em seminários presbiterianos, a qual dedica toda uma parte ao estudo da doutrina da aliança, e é certamente permeada e fundamentada nela. Os livros de Gerard Van Groningen⁸⁶, bem como suas aulas a respeito do assunto no centro de pós graduação Andrew Jumper, e por fim, e talvez o mais conhecido em território brasileiro quando se trata das alianças, O. Palmer Robertson, com seu fundamental *O Cristo dos pactos* (2002), *Alianças* (2010) e o mais recente *O Cristo dos profetas* (2016).

Certamente este tópico é muito pequeno frente a todo o arcabouço histórico da doutrina, seja entre os pais, na teologia medieval, entre os reformadores, pós-reformadores, modernos, contemporâneos e até brasileiros. Mas fica aqui o registro histórico e suas principais menções, que indubitavelmente vão guiar o leitor deste trabalho às fontes principais, nas quais encontrará um universo de materiais a respeito do assunto.

⁸⁴ MACLEOD, Donald. **Covenant Theology**. Disponível em: <<https://donaldmacleod.org.uk/dm/covenant-theology/>>. Acesso em: 29 out. 2020.

⁸⁵ BERKHOF, Louis. **Teologia Sistemática**. p. 195.

⁸⁶ *Revelação Messiânica* (1995), *A Família da Aliança* (1997), a tríade *Criação e Consumação* (2002) e *O Progresso da Revelação no Antigo Testamento* (2006), todos pela editora Cultura Cristã.

2.4 Conclusões a respeito da doutrina do pacto

Este capítulo concentrou-se em expor o entendimento bíblico, confessional e histórico a respeito da teologia do pacto. Mas, para concluir, é importante resumir aqui o que são, de fato, as informações, os elementos, as partes principais a respeito dessa doutrina que devem ficar à mente. Esse resumo é de grande importância para o desenvolvimento dos próximos capítulos deste trabalho. E a ideia nesta conclusão não é expor cada elemento mais uma vez, mas apenas elenca-los, de forma a facilitar a consulta e a exposição nos próximos capítulos.

O primeiro tópico de grande relevância ao se tratar da teologia do pacto é a sua grande capacidade de concatenar e unir as ideias presentes tanto no Antigo Testamento como no Novo Testamento, de forma que a Palavra de Deus, bem como toda a história da redenção pode ser vista como uma coisa única, um conjunto de partes que se unem tão coerentemente que não se pode separar, e só se pode entender o todo por meio desse fio condutor.

Um segundo tópico a ser lembrado é o quanto a teologia do pacto evidencia a graça e o amor de Deus. O Criador não precisava se relacionar com suas criaturas, e muito menos as criaturas poderiam exigir qualquer coisa dele. Mas Deus se condescendeu, teve compaixão do seu povo, de forma voluntária, não por mérito, e estabeleceu um relacionamento com o homem, por meio do pacto. E o impressionante é que mesmo depois da queda, da evidente rebeldia do homem para com o seu Senhor, Deus dignou-se a fazer um segundo pacto, oferecendo nova oportunidade, pagando o preço das sanções do primeiro pacto por meio de seu próprio Filho, demonstrando um amor maior que qualquer coisa já vista no universo.

Também, um terceiro tópico, a doutrina da aliança demonstra claramente a relação entre lei e graça, colocando cada uma aonde deve estar e mostrando que ambas têm sua importância. Muitos consideram o Antigo Testamento como a era da lei e o Novo como a era da graça, mas esse entendimento traz consigo muitos problemas.⁸⁷ A teologia da aliança demonstra que a graça permeia toda a Escritura, e que tanto no AT como no NT, a salvação se dá pela graça mediante a fé. E a lei? Ora, a lei também permanece

⁸⁷ MEISTER, Mauro. **Lei e Graça**. 2 ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2017. posição 9,05%.

como objeto de toda a Palavra de Deus, e de certa forma pode-se dizer que a salvação se dá pelo cumprimento da lei, ou seja, pelas obras, mas não as obras da criatura, que jamais conseguiria fazê-las, mas pelas obras de Jesus Cristo, o mediador e cumpridor do pacto.⁸⁸

Por fim, e para concluir de vez este capítulo, o último tópico, e talvez o mais importante, é que a aliança da graça, sem sombra de dúvidas, traz Cristo e sua obra no evangelho para o centro, para o lugar de destaque de toda a Escritura. Ela mostra que é Cristo quem entrou em uma aliança na Trindade, se oferecendo voluntariamente para salvar os eleitos antes da fundação do mundo. É Cristo quem cumpre o pacto de obras, pagando a maldição da morte que estava destinada aos homens, mesmo cumprindo a lei cabal e perfeitamente para ele. E por fim, ele é o mediador da aliança da graça, o representante daqueles que nele creem para a salvação em Deus, o segundo Adão, o representante perfeito, por meio do qual unicamente se pode obter a vida eterna. No AT tudo apontava para ele, os mediadores das alianças, seja Abraão, Moisés ou Davi. Os símbolos, os sacrifícios, os sacramentos, tudo apontava para o Messias que viria. E no Novo, tudo anuncia o Cristo que já veio: o Batismo, a Ceia, a pregação da Palavra, tudo é sobre, em e para Cristo. E talvez não tenha quem ilustrou melhor essa questão do que o príncipe dos pregadores, Charles H. Spurgeon:

Você se lembra da história do gaulês que ouviu um jovem pregar um sermão magnífico, grandioso, pretensioso e bombástico; e, depois de chegar ao fim, perguntou ao gaulês o que achava a respeito. O homem respondeu que não dava nenhum valor a ele. "E por que não?" "Porque não havia nele nada de Jesus Cristo." "Ora", disse o pregador, "mas meu texto não apontava naquela direção". "Não importa", disse o gaulês, "seu sermão deve seguir naquela direção". "Não vejo o assunto assim", disse o jovem. "Então", disse o outro, "você ainda não vê como deve pregar. O modo certo de pregar é o seguinte: De cada aldeia minúscula na Inglaterra — não importa em que região — sempre sai, com toda a certeza, uma estrada para Londres. Embora talvez não haja estrada para outros lugares, certamente haverá uma estrada para Londres. Da mesma forma, de cada texto na Bíblia há uma estrada que leva a Jesus Cristo, e o modo certo de pregar é, simplesmente, dizendo: 'Como posso, tomando esse texto como ponto de partida, chegar até Jesus Cristo?' e, então, ir pregando pela estrada afora". "Mas", disse o jovem, "suponhamos que descubro um texto que não tem uma estrada que leva a Jesus Cristo?" "Faz quarenta anos que estou pregando", disse o velho, "e nunca achei um texto bíblico assim; mas se chegar a achar um, passarei por sebes e cercas, e chegarei até Ele, porque nunca termino sem introduzir meu Mestre no sermão".⁸⁹

⁸⁸ SPROUL, R. C. **Somos todos teólogos**. p. 187.

⁸⁹ SPURGEON, Charles. **Como ler a Bíblia**. São José dos Campos, SP: Fiel, 2004. p. 15-6.

É isso que esse trabalho pretende mostrar nas próximas etapas. Como a teologia pactual é fundamental na prática fiel da pregação da Palavra, e como isso se tornará fonte bênçãos para que a igreja de Cristo se mantenha saudável.

3. A PREGAÇÃO PACTUAL E SUAS IMPLICAÇÕES ECLESIOLÓGICAS

O primeiro capítulo sobre a teologia do pacto propriamente dita deu o fundamento para este. Como um pregador pode se basear nisso, como ele pode utilizar esses ensinamentos a fim de que sua pregação seja fiel ao Senhor e à sua Palavra? E como isso pode render bons frutos para a Igreja de Cristo? Essas são perguntas cruciais que devem ser respondidas ao longo deste capítulo. Portanto, é importante aqui tratar um pouco sobre o assunto pregação, os seus pontos e objetivos principais, e demonstrar como a doutrina do pacto pode auxiliar, pode ser uma ferramenta útil para a preparação do sermão no alcance de seus objetivos fundamentais. Para tal, utilizou-se o termo pregação pactual, que será melhor aprofundado mais à frente.

Em suma, este capítulo pretende apresentar a definição e o foco principal da pregação da Palavra, o que vai conduzir para em seguida ser tratada a forma, ou a ferramenta a ser utilizada em sua preparação, que, no caso, é a teologia da aliança, e é o principal interesse deste trabalho. Por fim, ao longo da exposição desse tema serão trazidas algumas implicações eclesiológicas a partir dos tópicos abordados sobre a pregação pactual.

3.1 Definição e foco da pregação

Foi João Calvino quem melhor difundiu a pregação como “*vox Dei*”, ou “a voz de Deus”.⁹⁰ Ele chegou a dizer que “a palavra sai da boca de Deus de tal maneira que ela de igual modo sai da boca de homens; pois Deus não fala abertamente do céu, mas emprega homens como seus instrumentos, a fim de que, pela agência deles, ele possa fazer conhecida a sua vontade”.⁹¹ Não que Calvino cria que o que os homens falam durante a pregação seja infalível. Na verdade, ele deixou isso bem claro em suas institutas:

“Todavia, entre os apóstolos e seus sucessores, como já disse, existe esta diferença: que aqueles foram infalíveis e autênticos amanuenses do Espírito Santo, e por isso seus escritos devem ser tidos como oráculos de Deus; os

⁹⁰ ANGLADA, Paulo. **Vox Dei: A teologia reformada da pregação**. Disponível em: <<http://www.monergismo.com/textos/pregacao/voxdei.htm>>. Acesso em: 03 nov. 2020.

⁹¹ CALVINO, João. *Commentary On the Prophet Isaiah*. vol. 2, 434. In: ANGLADA, Paulo. **Vox Dei: A teologia reformada da pregação**.

outros, porém, não têm outra função, senão que ensinem o que foi dado a conhecer e consignado nas Sagradas Escrituras.”⁹²

Mas a sua ênfase aqui é na questão da importância da pregação. Não é um mero homem falando, apesar das suas limitações, mas é o próprio Deus.

Isso quer dizer que a primeira questão levantada acerca da pregação é a questão da autoridade. “O pregador prega com autoridade de quem? De quem é a palavra que ele traz? Se os pregadores pregam sua própria palavra, a congregação pode escutar educadamente, mas tem todo direito de desconsiderar o sermão como sendo somente a opinião de outra pessoa”.⁹³ Mas quando os ouvintes entendem que a pregação é Voz de Deus, e obviamente o pregador faz jus a isso, o tratamento do ouvinte é completamente diferente.

Mas o que confere essa autoridade ao pregador? O que dá certeza ao ouvinte de que a sua pregação provém de autoridade divina? Os pregadores que “desejam falar com autoridade divina, devem falar não sua própria palavra, mas a daquele que os enviou”.⁹⁴ Perkins, em seu clássico sobre pregação diz isso bem enfaticamente: “O que deve ser pregado é a Palavra de Deus sem mais nada, em sua perfeição e harmonia interna. A Escritura é o único assunto da pregação, o único campo em que o pregador deve trabalhar”.⁹⁵ A Voz de Deus, portanto, não é ouvida através dos pensamentos do pregador acerca do que ele acha da Palavra de Deus só porque ele subiu ao púlpito da igreja. Na verdade, é o oposto disso. A Voz de Deus é ouvida quando a Palavra de Deus conduz o pregador a falar sobre o que ela mesmo tem a dizer. E quando isso acontece, “quando a Palavra de Deus é pregada [...], nós cremos que a própria Palavra de Deus é anunciada e recebida pelos fiéis”, pois “a pregação da Palavra de Deus é Palavra de Deus”.⁹⁶

O que não significa que a simples leitura da Palavra de Deus no púlpito frente à igreja constitua uma pregação. Na verdade, “Pregar significa proclamar, anunciar ou exortar. Pregadores devem conclamar a mensagem com paixão e fervor, a fim de

⁹² CALVINO, João. **As Institutas da Religião Cristã: Volume 4**. VIII,9.

⁹³ GREIDANUS, Sidney. **O Pregador contemporâneo e o texto antigo**. São Paulo: Cultura Cristã, 2006. p. 27.

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ PERKINS, William. **A arte de profetizar**, Brasília, DF: Monergismo, 2018. p. 21.

⁹⁶ BULLINGER, Heinrich. **Segunda Confissão Helvética**. I.4. Disponível em:

<<http://www.monergismo.com/textos/credos/seg-confissao-helvetica.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2020.

comover almas”.⁹⁷ É por isso que Lloyd-Jones responde à pergunta “O que é a pregação? É a lógica pegando fogo! É raciocínio eloquente! [...] É teologia em chamas!”⁹⁸ Pregação não é simplesmente falar a Palavra de Deus, mas persuadir o ouvinte a crer naquilo que a Palavra de Deus diz. É algo tanto teórico quanto prático. É isso que o próprio apóstolo Paulo fazia, conforme nos informa, por exemplo, Atos 28.23:

Havendo-lhe eles marcado um dia, vieram em grande número ao encontro de Paulo na sua própria residência. Então, desde a manhã até à tarde, lhes fez uma exposição em testemunho do reino de Deus, *procurando persuadi-los* a respeito de Jesus, tanto pela lei de Moisés como pelos profetas.

Esse versículo é precioso! Ele traz todo o necessário para explicar esse tópico. Até agora foi dito que a pregação é Voz de Deus, isto é, é a Palavra de Deus, provém da Palavra escrita de Deus, não como uma leitura, mas como proclamação persuasiva. Esse versículo junta tudo isso de forma bela, e ainda dá as próximas diretrizes que precisam ser observadas.

Primeiro o apóstolo lhes fez uma exposição. Não foi algo inventado de sua própria cabeça. Ele anunciou uma mensagem que não era dele. Por isso em seguida ele diz que foi “em testemunho do reino de Deus”. Testemunho é uma testificação (atestação) a respeito dos fatos, e estes, do reino de Deus. O reino de Deus é um termo extremamente importante e profundo no Novo Testamento. Não há uma definição simples sobre ela. Ladd diz que o reino é “o domínio soberano de Deus e, por derivação, a esfera na qual tal soberania é experimentada”.⁹⁹ Beale relaciona o reino com Jesus Cristo como o segundo Adão. Ele diz que o “reino é um aspecto da nova criação, uma vez que Jesus foi considerado aquele que restaura a vice-regência que Adão deveria ter exercido com êxito na criação original”.¹⁰⁰ Ou seja, com tudo que foi visto até aqui, pode-se dizer que o reino de Deus representa o seu plano redentivo, o seu propósito de estabelecimento de seu domínio sobre o mundo. E isso está revelado especialmente em sua Palavra. É por isso que Kistemaker, em seu comentário deste texto, diz que “Paulo ensina o povo sobre o reino de Deus, o que é equivalente a ensinar a eles o evangelho de Cristo”.¹⁰¹ O que é

⁹⁷ ROBINSON, Haddon. **Pregação Bíblica**. São Paulo: Shedd Publicações, 2003. p. 20.

⁹⁸ LLOYD-JONES, Martyn. **Pregação e Pregadores**. São José dos Campos, SP: Fiel, 2008. p. 95.

⁹⁹ LADD, George. **Teologia do Novo Testamento**. ed. rev. São Paulo: Hagnos, 2003. p. 149.

¹⁰⁰ BEALE, Gregory. **Teologia Bíblica do Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2018. p. 160.

¹⁰¹ KISTEMAKER, Simon. **Atos: Volume 2**. São Paulo: Cultura Cristã, 2006. p. 617.

justamente como está no fim do versículo. Em resumo, o que Paulo está fazendo em primeiro lugar é expor a mensagem da Palavra de Deus centralizada em Jesus.

Em segundo lugar, Paulo procura persuadir. Esse verbo é importante pois ele não significa simplesmente uma explicação a fim de fazer seu público ali entender, ou fazer com que eles aumentassem o seu conhecimento e entendimento de novas coisas, como um professor pretende em uma sala de aula. Paulo quer convencê-los a crer no que ele está expondo. Paulo quer fazer com que eles sejam convencidos das verdades da Palavra de Deus.

E isso leva ao mais importante, Paulo expõe a Palavra, procurando persuadi-los a respeito de Jesus. E esse é ponto mais importante pois revela o foco principal, o objetivo, a peça central da pregação: Jesus Cristo. No fim das contas, o que Paulo quer fazer é anunciar a Jesus, e persuadi-los a crer em Jesus. É isso que os últimos versículos do livro de Atos resumem, bem como também comissionam o leitor: “Por dois anos, permaneceu Paulo na sua própria casa, que alugara, onde recebia todos que o procuravam, pregando o reino de Deus, e, com toda a intrepidez, sem impedimento algum, ensinava as coisas referentes ao Senhor Jesus Cristo” (28.30-31). Essa é a definição e o foco da pregação. É o anúncio do evangelho de Jesus Cristo, por meio de toda a Escritura, de forma a persuadir o ouvinte a crer nele.

Hoje em dia, dentre as várias nomenclaturas, tipos e formas de pregações vistas igrejas a fora, a que mais é utilizada para se referir a essa forma de pregação observada no fim de Atos, e na verdade em todo o Novo Testamento, é a chamada pregação expositiva. O restante desse primeiro tópico desse capítulo se concentrará na explanação dela.

3.1.1 Pregação Expositiva

A própria definição resumida de pregação expositiva já responde aos questionamentos a respeito do porquê ela é a pregação que reflete mais precisamente a Escritura. Porque a pregação expositiva é “a pregação centrada na Bíblia”.¹⁰² Ela “tem um objetivo simples: dizer o que Deus diz”.¹⁰³ Ela é “o tipo de pregação que melhor

¹⁰² GREIDANUS, Sidney. **O Pregador contemporâneo e o texto antigo**. p. 26.

¹⁰³ CHAPPELL, Bryan. **O Sermão Cristocêntrico**. São Paulo: Cultura Cristã, 2017. p. 9.

transmite a força da autoridade divina”.¹⁰⁴ Mas essas são definições muito simples. Para se dar uma resposta mais contundente acerca da primazia da pregação expositiva é importante explorá-la, e trazer explicações mais profundas e detalhadas.

“A pregação expositiva é, no seu âmago, mais uma filosofia do que um método”.¹⁰⁵ E é importante dizer isso pois o pregador não simplesmente deve seguir passos e mais passos para produzir um dito sermão expositivo. Antes, ele precisa crer, ele precisa “curvar o seu pensamento às Escrituras”.¹⁰⁶ É a partir daí que se começa a pensar em um sermão expositivo. Se a autoridade vem de Deus e de sua Palavra, então quem deve reger o sermão é a própria Palavra. É por isso que Walter Kaiser Jr. ao dar a sua definição do termo diz que um sermão expositivo “toma um parágrafo inteiro no mínimo (uma cena em uma narrativa, ou uma estrofe em poesia) e permite que o texto bíblico forneça a forma e também o conteúdo da mensagem ou da lição do próprio texto”.¹⁰⁷ Essa é a grande primeira característica da pregação expositiva, ela é completamente governada pela Escritura.

Nesse sentido, o que faz o pregador e seu sermão serem governados pela Escritura é o Espírito Santo, por meio da própria Escritura. Chapell diz que “o principal objetivo dos pregadores deveria ser o de dizer o que o Espírito Santo tem dito na Bíblia. A maneira mais segura de se fazer isso é explicar o significado dos textos bíblicos e mostrar como eles se aplicam à vida dos crentes” E ele ainda acrescenta que o pregador, a fim de buscar essa explicação, deve ter “um sério estudo da Palavra de Deus para obter uma cuidadosa articulação tanto do seu sentido original quanto do seu significado presente. Alcançar a certeza de que as pessoas sabem o que Deus disse e por que ele disse é o duplo objetivo da pregação expositiva”.¹⁰⁸ Esse estudo sério levará o pregador a entender o que a Palavra de Deus diz por meio daquele texto.

Greidanus aponta que “a fim de descobrir o significado original e histórico de uma passagem, o pregador tem de fazer justiça a três fios entrelaçados do texto: o literário, o histórico e o teocêntrico”. O primeiro busca interpretar o significado do texto a partir da

¹⁰⁴ ROBINSON, Haddon. **Pregação Bíblica**. p. 21

¹⁰⁵ Ibid. p. 22.

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ KAISER JR., Walter. **Pregando e Ensinando a partir do Antigo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2009. p. 61.

¹⁰⁸ CHAPPELL, Bryan. **O Sermão Cristocêntrico**. p. 9.

análise do seu gênero literário. O segundo busca analisar o significado do que o autor pretendia para os seus leitores originais, buscando descobrir a partir do “como?”, “onde?”, “quando?” e “por quê?”, qual a necessidade dos ouvintes o autor procurou satisfazer. Por fim, o teocêntrico busca entender o significado do texto identificando o que ele revela a respeito de Deus e sua vontade.¹⁰⁹

Mas a segunda característica desse tipo de sermão é a abrangência da contextualização da porção do relato bíblico que está sendo pregado. Muitos pregadores, até bem intencionados, explicam o texto, verificam o contexto próximo e param por aí. Uma das exigências da pregação expositiva, e essa é uma característica muito importante especialmente para este trabalho, é ampliar a observação do contexto ao nível canônico, ou seja, em toda a Escritura. Como visto anteriormente, a revelação bíblica segue um desenvolvimento progressivo, histórico e orgânico, mas de uma única e grande história, a história da redenção, na qual Cristo, o mediador da aliança, é o centro. É por isso que Chapell chama essa característica da pregação expositiva de determinar o “contexto redentor”. Ele diz que “este deve ser o alvo da pregação expositiva: os pormenores de uma passagem precisam estar relacionados, acima de tudo, com o propósito da Escritura”.¹¹⁰ Mas qual é o propósito da Escritura? O apóstolo João traz a resposta: “Na verdade, fez Jesus diante dos discípulos muitos outros sinais que não estão escritos neste livro. Estes, porém, foram registrados para que creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhais vida em seu nome” (Jo 20.30-31). Esse é o propósito da Escritura! Anunciar e apontar para Cristo, para que as pessoas creiam e tenham vida em seu nome.

Na prática, analisar esse contexto redentor, exige não só a análise literária, histórica e teocêntrica, conforme dito antes. Greidanus agora diz que é necessário fazer o movimento do contexto específico para o canônico. Dessa forma, a interpretação literária se torna canônica, buscando identificar o significado dentro de toda a Escritura. A histórica se torna histórico-redentora, identificando como o contexto da história da redenção desde a criação até a nova criação dá o significado contemporâneo do texto.

¹⁰⁹ GREIDANUS, Sidney. **Pregando Cristo a partir do Antigo Testamento**. p. 260-2.

¹¹⁰ CHAPPELL, Bryan. **Pregação Cristocêntrica**. p. 80.

E, por fim, a interpretação teocêntrica dá lugar à Cristocêntrica que busca entender o significado do texto à luz de Jesus Cristo.¹¹¹

Então, determinar o contexto redentor em uma pregação expositiva envolve um estudo abrangente do texto pregado, a fim de se entender como ele se relaciona à pessoa e à obra redentora de Cristo Jesus ao longo de toda a Escritura. Assim, já há material suficiente para uma definição mais robusta. Sugel Michelén esboça a sua como

Um sermão expositivo é aquele que expõe e aplica o verdadeiro significado do texto bíblico, levando em consideração seu contexto imediato, assim como o contexto mais amplo da história da redenção, que gira em torno da pessoa e da obra de Cristo, com o propósito de que o ouvinte ouça a voz de Deus através da exposição e seja transformado.¹¹²

Essa é uma boa definição, que compila todas as principais características apresentadas, e representa muito bem a análise da pregação de Paulo em Atos 28. É por esse motivo que a pregação expositiva é a que melhor reflete o ensino das Escrituras sobre como Deus quer que a sua Palavra seja pregada. Ela é bíblica, canônica, cristocêntrica e tem o propósito correto: convencer pessoas de que Jesus Cristo é o Senhor, o centro de toda a história, e só por meio da fé nele é que há vida.

3.2 A pregação pactual e suas implicações eclesiológicas

Agora o caminho está pavimentado para a exposição da teologia do pacto como uma ferramenta de grande utilidade para a pregação, ou que o será chamado de pregação pactual. E, de antemão, é essencial dizer que a pregação pactual não é uma concorrente da pregação expositiva. Na verdade, é um complemento, uma ferramenta, ou talvez, um fundamento. Sim! A teologia do pacto é como um fundamento para uma boa pregação expositiva. E esse termo foi cunhado justamente com o intuito de reforçar a importância de se aliar a teologia do pacto à pregação. Não é um termo pré-existente na academia, o que não significa que o pensamento dos autores utilizados não reflita a ideia dele, mas foi especialmente idealizado neste trabalho para clarificar essa ideia de que é possível se utilizar os frutos da teologia do pacto na prática pregação expositiva. E não só é possível como é fundamental. Não é à toa que Ligon Duncan diz que “a teologia

¹¹¹ GREIDANUS, Sidney. **Pregando Cristo a partir do Antigo Testamento**. p. 264-6.

¹¹² MICHELÉN, Sugel. **Da parte de Deus e na presença de Deus**. p. 77.

do pacto está no coração da teologia cristã”¹¹³, como já foi explicado no primeiro capítulo. E ele ainda complementa, quando diz aos seus estudantes a importância dela para a própria pregação:

E, claro, para aqueles de vocês que vão ser pregadores, professores e proclamadores, uma das minhas agendas será que vocês tenham uma visão e uma compreensão da Teologia da Aliança e isso transformará a maneira como estão pregando o Evangelho, porque ela é rica, e eu acredito que vocês devem apresentar a verdade objetiva do Evangelho da maneira mais rica possível, conforme você apresenta a Teologia da Aliança, porque é a Escritura.¹¹⁴

Por isso a pregação pactual pode ser definida como a exposição da Escritura (tomando emprestado o significado da pregação expositiva aqui) fundamentada na doutrina da aliança, que auxilia o pregador a chegar a Cristo de forma legítima, pois ela unifica e centraliza a Palavra de Deus em torno de Jesus Cristo. Dessa maneira, em seguida serão observadas as principais contribuições da pregação pactual tendo em vista o foco da pregação: anunciar Cristo. Serão analisadas cinco grandes contribuições que auxiliarão o pregador tanto na preparação, quanto na aplicação do sermão.

3.2.1 Fundamenta a abrangência canônica da pregação expositiva

A primeira delas é que a pregação pactual fundamenta a abrangência canônica do sermão expositivo. Uma das principais características da pregação expositiva, conforme já analisado, é a atenção dada ao contexto geral do texto pregado, o que geralmente é chamado de contexto canônico. E a doutrina do pacto é uma ferramenta que auxilia o pregador a identificar aonde o texto pregado se encaixa dentro da história da redenção.

Primeiro porque as alianças organizam a forma de ver a história da redenção. Já foi exposto neste trabalho que, na história da humanidade, há duas grandes alianças, a aliança de obras e a aliança da graça. A primeira feita antes da queda e a segunda feita após, e por causa da queda. Toda a história da redenção, ao longo das páginas da Escritura, pode ser vista dentro do arcabouço das alianças. Por exemplo, a relação entre o Antigo e o Novo Testamento. Greidanus explica que:

O Antigo Testamento proclama os poderosos feitos de Deus na redenção. Esses atos atingem seu clímax no Novo Testamento, quando Deus envia seu Filho. A

¹¹³ DUNCAN, Ligon. **Covenant Theology: A Biblical, Theological, and Historical Study of God's Covenants**. p. 27.

¹¹⁴ Ibid. p. 28.

história da redenção é o poderoso rio que corre desde a antiga aliança até a nova, mantendo-as unidas. É verdade, claro, que existe certa progressão na história da redenção, mas é uma só história de redenção. É verdade que existe uma antiga aliança e uma nova aliança, mas é uma só aliança de graça.¹¹⁵

Então, não importa se o pregador está pregando no pentateuco, nos profetas, nas epístolas ou em apocalipse, o texto sem dúvida alguma se encaixa em algum ponto dentro da história da redenção. E como foi mostrado no primeiro capítulo, a progressão dessa história pode ser organizada em alianças que Deus realizou entre ele e seu povo. E isso levará consequentemente ao objetivo das alianças, ao foco da história da redenção, ao elo que une tudo isso: Jesus Cristo. Jesus é o cumpridor da aliança de obras e o mediador da aliança da graça, por isso toda a história da redenção, de alguma forma aponta pra ele.

Em textos narrativos isso é especialmente mais simples de se verificar. Observa-se o ponto da história em que o texto se encontra, e junto a isso em qual parte do contexto da aliança ele se encontra. Por exemplo, uma narrativa sobre Abraão. Este personagem foi escolhido pelo Senhor naquela parte da história da redenção como o representante do povo da aliança. As promessas foram feitas a ele e aos seus descendentes. Mas Abraão não é o foco da aliança, e ele nem viu as promessas oferecidas se concretizarem. Deus havia prometido um descendente que esmagaria a cabeça da serpente e traria redenção. Além disso Deus lhe prometeu que dele faria um grande povo e abençoaria todas as nações da terra. A aliança de Abraão é parte da história, e ele aponta pra esse descendente, como o cumpridor das promessas oferecidas. Foi Cristo quem cumpriu as promessas da aliança, fazendo da igreja um grande povo espalhado pela terra, e abençoando as nações por meio do anúncio das boas novas de Cristo.

No Novo Testamento isso se torna até mais simples, pois enquanto o contexto canônico de uma pregação no Antigo Testamento aponta pra o Messias que virá, no Novo, há um anúncio do Cristo que já veio. Timothy Keller deixa isso bastante claro ao dizer que

Para compreender e explicar qualquer texto da Bíblia, é preciso situá-lo em seu contexto, o que significa também inseri-lo no contexto canônico: a mensagem da Bíblia como um todo. Que mensagem é essa? Da perspectiva do Antigo Testamento, é a de que a "salvação vem do SENHOR" e somente do Senhor (Jn 2.9, NIV). Somos demasiadamente caídos para nos salvar a nós mesmos, falhos

¹¹⁵ GREIDANUS, Sidney. **Pregando Cristo a partir do Antigo Testamento**. p. 65.

demais para manter nossa aliança com Deus. É preciso que haja uma intervenção radical da graça, que só pode provir do próprio Deus. No Novo Testamento, vemos **como** a salvação vem do Senhor. Ela vem unicamente por meio de Jesus.¹¹⁶

Então, a pregação pactual é de grande auxílio para que pregadores não só encontrem onde o texto pregado se encontra dentro da história da redenção, mas auxilia também em centralizar a mensagem no Senhor Jesus Cristo de forma legítima. E os benefícios pra igreja são óbvios, pois será alimentada com uma mensagem completa, bem contextualizada e que aponta para quem deve apontar: Jesus Cristo, aquele cumpriu as condições da aliança que o homem jamais cumpriria por si só.

3.2.2 Mostra a importância da relação entre lei e graça

A segunda característica da pregação pactual é expor a importância tanto da lei quanto da graça e a relação entre elas. Isso é grande importância para pregadores pois “o nosso entendimento da relação entre a lei e a graça de Deus vai, na verdade, determinar toda a forma como enxergamos a vida cristã e que tipo de ética vamos assumir em nossa caminhada”.¹¹⁷ Além disso, existem dois erros que a igreja precisa ser constantemente corrigida, e os sermões precisam expor e combater esses assuntos: o legalismo e o antinomianismo. O legalismo é “a perspectiva segundo a qual podemos pôr Deus na posição de devedor, ao buscarmos alcançar sua bênção com nossa bondade”. Isso significa que é mais do que simplesmente dizer “posso ser salvo pelas minhas boas obras”, mas é o “pensamento de que o amor de Deus por nós depende de alguma coisa que podemos ser ou fazer”. Já o antinomianismo é “a perspectiva segundo a qual podemos nos relacionar com Deus sem obedecer a sua Palavra e seus mandamentos”. O que também significa mais do que simplesmente “não tenho de obedecer a lei de Deus”, mas é “o pensamento de que, como Deus me ama independentemente do que eu tenha feito, ele não se importará com o fato de eu viver uma vida imoral ou não”.¹¹⁸ Em suma, o legalismo supervaloriza a lei e deixa a graça de lado, enquanto o antinomianismo esquece a lei e transforma a graça em um enfeite.

¹¹⁶ KELLER, Timothy. **Pregação: comunicando a fé na era do ceticismo**. São Paulo: Vida Nova, 2017. p. 63-4.

¹¹⁷ MEISTER, Mauro. **Lei e Graça**. pos. 18,7%.

¹¹⁸ KELLER, Timothy. **Pregação: comunicando a fé na era do ceticismo**. p. 65-6.

Pra se combater esses erros, normalmente os pregadores tomam o caminho errado. Achem que “em razão das enormes diferenças externas entre elas, somos inclinados a pensar nas duas como coisas opostas. Se o fizermos, tentaremos instintivamente e de forma inconsciente curar uma com uma dose da outra, o que pode ser letal”.¹¹⁹ O caminho certo tanto pra combater esses erros quanto pra explicar a relação entre lei e graça, portanto, é o olhar pra aliança.

O pacto de obras mostra que Deus ofereceu a bênção, a promessa da vida ao homem sob a condição de perfeita obediência. Isso quer dizer que a vida era condicionada ao cumprimento da lei. E como já visto, isso não indica que a graça não estava presente, na verdade, o simples fato de Deus criar o homem e lhe oferecer uma vida em relacionamento amoroso com o seu Senhor, já é grande evidência da graça. Então, desde o início a lei e a graça já caminhavam juntas. A questão é que o homem quebrou a lei e recebeu em seu lugar a condenação prevista: morte. E é importante dizer que “quebrar a lei é a mesma coisa que quebrar o pacto”. E a partir dessa quebra “a obediência à lei não mais poderia trazer vida, uma vez que a raça humana já se encontrava em estado de morte”.¹²⁰

Mas a história da aliança não termina aí. Deus realizou um segundo pacto com o homem, o pacto da graça, mediado por Jesus Cristo, seu próprio Filho, o segundo Adão. O homem agora não mais tem por condição o cumprimento da lei, mas agora o relacionamento pactual com seu Senhor é condicionado pela fé na obra amorosa e vicária de Jesus Cristo. E como o Filho conquista a salvação para os que creem? Cumprindo o primeiro pacto. Cristo tanto cumpre a lei, condição do primeiro pacto, quanto paga a maldição deste, em favor dos que nele creem. Dessa forma “Cristo nos resgatou da maldição da lei, fazendo-se ele próprio maldição em nosso lugar” (Gl .3.13). Então a lei não foi descartada, mas devido à incapacidade do homem de cumpri-la, Deus enviou um substituto, ele mesmo, o único que poderia cumpri-la em lugar dos homens.

E é por esse motivo que os antinomistas rejeitam a lei, confiando que o amor oferecido gratuitamente por Cristo não traz exigências. De fato, não há exigências prévias, ou seja, o homem não precisa cumprir nenhum pré-requisito para receber essa

¹¹⁹ Ibid. p. 68.

¹²⁰ MEISTER, Mauro. **Lei e Graça**. pos. 21,3%.

graça. Daí a salvação ser só pela graça. Entretanto, há exigências posteriores. Paulo ao tratar desse assunto em Efésios 2 é bem claro. Ele começa falando da salvação graciosa: “Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós; é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie” (Ef 2.8-9). Mas muitos se esquecem que há uma continuação no verso 10: “Pois somos feitura dele, criados em Cristo Jesus para boas obras, as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas”. Quando a pessoa é salva por Cristo graciosamente, ela é transformada para as boas obras, refletindo o ensino de Tiago, quando diz que “a fé sem obras é morta” (Tg 2.26b). Então, a partir da graça da salvação infundida no homem por Jesus Cristo, o cumpridor da lei, o homem é transformado, passando a viver conforme os preceitos estabelecidos por Deus ao longo de sua Palavra (lei), não dependendo disso para a salvação, pois Cristo já a cumpriu perfeitamente, mas se tornando uma evidência de que Cristo o salvou e transformou para a boas obras. “A lei pode nos mostrar nossa necessidade do evangelho e, então, uma vez que tenhamos abraçado a salvação de Deus pela fé, a lei se torna o caminho para que conheçamos, sirvamos e crescamos na semelhança daquele que nos salvou”.¹²¹

O problema do legalismo, ou moralismo, normalmente é mais aparente nessa parte. Na ânsia de evidenciar as boas obras de salvação, os legalistas dão mais importância à lei do que à graça. Dessa forma os legalistas passam “a crer” que “o pecador tem a capacidade inata de agradar a Deus e assim obter mérito”¹²², se esquecendo totalmente que a salvação vem pelos méritos da obra redentora de Jesus Cristo, o cumpridor da lei e mediador do pacto. Esse, inclusive, é o pensamento de muitos neófitos. George Whitefield, grande pregador do século XVIII, diz que quando alguém se converte “tendo nascido sob uma aliança de obras, se lança diretamente a uma aliança de obras novamente”, isso que dizer que se lança em suas obrigações como forma de justiça pessoal, dizendo “serei extremamente bom agora, vou me reformar –; farei tudo o que puder, e certamente Jesus Cristo terá misericórdia de mim”. Eles fazem isso em

¹²¹ KELLER, Timothy. **Pregação: comunicando a fé na era do ceticismo**. p. 67.

¹²² MEISTER, Mauro. **Lei e Graça**. 55,8%.

busca de paz. Mas eles necessitam entender que precisam “lançar mão, pela fé, da justiça todo-suficiente de Jesus Cristo” e só assim ter paz.¹²³

Portanto, Tim Keller adverte os pregadores que

É crucial em nossa pregação que não digamos simplesmente às pessoas todas as maneiras pelas quais elas devem ser morais e boas sem relacionar tal exortação ao evangelho. Tampouco devemos dizer-lhes simplesmente, vezes sem conta, que elas somente podem se salvar pela graça gratuita sem lhes mostrar de que maneira a salvação muda nossa vida.¹²⁴

O que leva a única forma de convencer legalistas e antinomistas de seus erros: “pregar Cristo em todos os textos da Bíblia, pregar o evangelho sempre”.¹²⁵ E a doutrina do pacto vai pavimentar esse caminho, facilitando e legitimando o trabalho do pregador.

3.2.3 Fundamenta a centralidade de Cristo na estrutura promessa-cumprimento

A terceira contribuição da pregação pactual é oferecer um fundamento à estrutura promessa-cumprimento, evidenciando a centralidade de Cristo. A estrutura promessa-cumprimento é uma das formas mais comuns de se pregar Cristo no Antigo Testamento. Os pregadores observam as diversas promessas no Antigo Testamento e procuram entender como elas se relacionam e/ou são cumpridas em Cristo. E a teologia da aliança vai fazer esse caminho ser mais simples de perceber, visto que “em qualquer acontecimento, nas Escrituras canônicas conforme a igreja as recebeu, o conceito da promessa de Deus recua até as promessas de aliança de Deus com Abraão (Gn 12.1-3) e até mesmo além disso, até Gênesis 3.15”.¹²⁶

A primeira coisa importante a se entender aqui é que as promessas de Deus sempre andam juntas com as obrigações e as maldições, pois elas fazem parte da estrutura do pacto. É impossível falar sobre as promessas de Deus ao homem e esquecer das obrigações que o homem deve cumprir para recebe-las e as maldições acarretadas caso não sejam cumpridas. Isso é de grande auxílio para o pregador, pois fica muito mais simples pregar o evangelho genuíno e centralizado em Cristo observando a estrutura da aliança.

¹²³ WHITEFIELD, George. The method of grace. apud KELLER, Timothy. **Pregação: comunicando a fé na era do ceticismo**. p. 77.

¹²⁴ KELLER, Timothy. **Pregação: comunicando a fé na era do ceticismo**. p. 67.

¹²⁵ Ibid. p. 78.

¹²⁶ GREIDANUS, Sidney. **Pregando Cristo a partir do Antigo Testamento**. p. 275.

A segunda coisa importante aqui, é ter em mente as regras para se empregar esse caminho de pregação. A primeira regra é “levar em conta que Deus geralmente cumpre suas promessas de modo progressivo – como que em prestações”. Isso quer dizer que as promessas se desenvolvem tal como a própria aliança se desenvolve ao longo da história da redenção. Então, não se deve ficar procurando “onde exatamente” se cumpriu tal e tal promessa. William LaSor explica:

A profecia, no sentido em que ela revela uma parte do propósito redentor de Deus, pode ir sendo cumprida, ir alcançando plenitude, de maneira que quando ela estiver completa, estará cumprida. Se entendermos a profecia nesse sentido, não precisamos mais fazer a pergunta 'Será que a profecia pode ter mais que um cumprimento?'.¹²⁷

Dessa forma, não há problema em identificar o cumprimento de certa promessa já na primeira vinda de Cristo, mas também pontuar seu cumprimento pleno apenas na segunda vinda de Cristo.

A segunda regra é, “na interpretação do texto, mover-se da promessa do Antigo Testamento para o cumprimento em Cristo, e de volta novamente ao texto do Antigo Testamento”. Isso quer dizer que o pregador deve mostrar como aquela promessa se desenvolveu até Cristo, e voltar para o texto onde ela está inserida e mostrar como aquela palavra foi cumprida, está sendo cumprida ou será cumprida.¹²⁸

Tendo essas questões em mente, a estrutura promessa-cumprimento tem grande relevância para a pregação, “porque amplia a visão das pessoas ao pleno escopo da história do reino”, também “pode oferecer uma boa esperança para o futuro, enquanto aguardamos que Deus cumpra suas promessas de nos trazer seu reino perfeito” e, por fim, trazem “esperança e coragem aos cristãos, mesmo no meio da perseguição” pois podem aguardar com alegria o cumprimento das promessas de Deus em Cristo Jesus.¹²⁹ Esse caminho, é, portanto, poderoso para transformação de vidas no mundo hoje. “Isso ocorre porque as promessas que Deus fez nas alianças, ainda estão disponíveis para serem herdadas hoje”.¹³⁰

¹²⁷ LASOR, William. TynBul. apud GREIDANUS, Sidney. **Pregando Cristo a partir do Antigo Testamento**. p. 275.

¹²⁸ Ibid. p. 276.

¹²⁹ Ibid. p. 282-3.

¹³⁰ JOHNSTONE, Steve. **Preaching the gospel in the light of covenants**. pos. 351.

3.2.4 Auxilia no entendimento dos tipos do Antigo Testamento em relação ao Novo Testamento

Uma outra contribuição da pregação pactual é na questão da tipologia. “A obra redentora de Deus em Cristo pode mostrar-se evidente, nos tipos do Antigo Testamento”. Esses tipos são correspondências “entre as pessoas, eventos, e coisas que aparecem no Antigo Testamento pela primeira vez para preparar ou expressar de modo mais completo as verdades de salvação do Novo Testamento”.¹³¹ Pode parecer semelhante com as promessas, que são palavras ditas no Antigo Testamento que também são completas no Novo. Mas há uma diferença entre a tipologia e a promessa-cumprimento, Greidanus explica que

Conquanto as promessas geralmente sejam palavras ditas, os tipos são acontecimentos, pessoas e instituições históricos. Além disso, enquanto a promessa aponta para o cumprimento futuro, a tipologia geralmente se move em direção oposta: do cumprimento no Novo Testamento para o tipo passado.¹³²

Ou seja, os tipos olham o que o Novo Testamento revela a respeito do passado.

E como a doutrina do pacto serve de auxílio para isso? Geerhardus Vos diz que “o laço que une tipo e antítipo juntos deve ser de continuidade vital no progresso da redenção”.¹³³ E, como já foi visto anteriormente, a forma que Deus utilizou para organizar o progresso da história da redenção foi justamente a aliança. E isso é muito importante, pois hoje em dia a tipologia é utilizada de maneira muitas vezes incorreta, como uma mera alegoria. Por isso, é necessário ter critérios em sua utilização. Greidanus apresenta seis regras para a utilização da tipologia de forma legítima.¹³⁴ Abaixo, elas serão apresentadas juntamente com exemplos de como a teologia do pacto facilita a identificação dos tipos.

A primeira é realizar a interpretação histórico-literária antes da tipológica, pois é indispensável entender o texto no seu contexto antes de o transpor tipologicamente para o Novo Testamento. É preciso entender o que o autor do Antigo Testamento queria trazer em sua mensagem antes de focalizá-la em Cristo. Por exemplo a história do sacrifício de Isaque (Gn 22). Deus prova a fé de Abraão ao levar seu filho ao sacrifício, e ao

¹³¹ CHAPPELL, Bryan. **Pregação Cristocêntrica**. p. 297.

¹³² GREIDANUS, Sidney. **Pregando Cristo a partir do Antigo Testamento**. p. 287.

¹³³ VOS, Geerhardus. **Teologia Bíblica: Antigo e Novo Testamentos**. p. 181.

¹³⁴ GREIDANUS, Sidney. **Pregando Cristo a partir do Antigo Testamento**. p. 292-95.

demonstrar fé, Deus provê um cordeiro em substituição ao filho da aliança, o descendente Abraão que representava a semente do povo de Israel. Fazendo essa simples análise do Antigo Testamento, é fácil identificar esse evento como um tipo do evento da substituição de Cristo, o cordeiro perfeito, em troca do seu povo, o Israel espiritual.

A segunda é procurar o tipo não nos detalhes, mas na mensagem central do texto sobre a atividade de Deus redimir o seu povo. A tipologia deve surgir naturalmente na estrutura pactual que Deus utiliza para o desenvolvimento da história da redenção. Talvez o melhor exemplo aqui seja o tabernáculo. Muitos procuram explicar quais figuras representariam as cortinas, os materiais utilizados, as medidas, etc. Mas basta olhar o significado pactual do tabernáculo: o lugar que representa a habitação de Deus no meio do seu povo, ou seja, representa o caráter relacional de Deus. A partir disso é muito mais simples, e correto, seguir para Cristo, o Emanuel, que quer dizer, Deus conosco.

A terceira é determinar o significado simbólico nos tempos do Antigo Testamento, ou seja, já no próprio Antigo Testamento, o tipo deve ter característica de símbolo, seja uma pessoa, um acontecimento ou uma instituição. Se assim o for, pode-se ter certeza que essa verdade será levada até Jesus Cristo. Essa regra é muito útil para evitar invenções alegóricas. Por exemplo, muitos falam que a corda escarlate que Raabe pendurou na janela para os Espias (Josué 2) representava o sangue de Cristo. Mas não há nada no texto que identifique esse simbolismo. Um exemplo melhor e de fácil identificação para o sangue de Cristo é a instituição da páscoa em Êxodo. Deus ordenou que o sangue do cordeiro fosse passado nos umbrais das portas para proteção contra o anjo da morte. Este sim, um símbolo no Antigo Testamento que aponta para o sangue do cordeiro pascal, Jesus Cristo, aquele que salva o seu povo pactual da morte eterna.

A quarta regra é notar os pontos de contraste entre o tipo do Antigo Testamento e o antítipo do Novo Testamento. Esse ponto é muito importante pois mostra a progressão do imperfeito que o tipo representa para o perfeito em Cristo Jesus. Por exemplo Jonas. O profeta fujão tem muitos paralelos com Jesus. Ele foi escolhido por Deus para levar a Palavra de salvação a um povo rebelde. Mas os contrastes é que impressionam. Jonas fugiu, e por isso sofreu as consequências, e quase a morrer por isso, Deus o salvou por meio de um grande peixe onde ele ficou 3 dias e 3 noites até se arrepender e ser enviado aos ninivitas para pregar. Cristo, o mediador da aliança, se entrega voluntariamente, sofre

as consequências do pecado do seu povo, de fato morre, e passa 3 dias realmente morto até ressuscitar e fazer de sua Palavra a efetiva salvação de todo o mundo. É por isso que o próprio Cristo diz que ele é maior que Jonas (Mt 12).

A quinta regra é a da manutenção do sentido do símbolo do Antigo Testamento para o Novo Testamento. Por exemplo, uma das promessas pactuais que Deus deu ao seu povo foi de que ele seria o Deus deles, o que pressupõe que Deus cuidaria deles. No deserto, para se alimentarem Deus então mandava pão do céu, o maná, para provê-los. Não se deve usar o símbolo do maná, um pão, e relacioná-lo com qualquer pão que aparece no Novo Testamento, como “o pão nosso de cada dia” da oração dominical. O significado completo deve se manter. E o significado deste símbolo é visto em Cristo, o pão de Deus que desce do céu e dá vida ao mundo (Jo 6.33).

Por fim, a sexta regra apresentada por Greidanus é de caráter mais prático, ele diz que não se deve simplesmente traçar uma linha tipológica até Cristo, mas Cristo deve ser pregado. E é nesse ponto que a pregação pactual brilha. Pois do que adianta mostrar o paralelo de algo do Antigo Testamento com Cristo no Novo e parar por aí? É necessário mostrar, como Stott diz, que “o propósito do pregador é mais do que desvendar Cristo; é revelá-lo de tal forma que as pessoas sejam atraídas por ele e o recebam”.¹³⁵ Por isso, sempre quando o pregador traçar o paralelo tipológico ele deve anunciar o evangelho, ou seja, a obra de Cristo como o único e suficiente salvador para esse mundo, o que em termos pactuais significa que é aquele que cumpriu cabalmente aquilo que o homem não pode cumprir, aquele que conquistou perfeitamente aquilo que o homem mais necessitava e restaurou completamente (mesmo que ainda não plenamente, o que acontecerá na sua segunda vinda) o relacionamento com Deus que havia sido quebrado pelo pecado.

3.2.5 Evidencia o relacionamento de Deus com seu povo

Por último, mas não menos importante, uma quinta característica da pregação pactual é que ela evidencia o relacionamento de Deus com seu povo. Tim Keller apresenta isso de forma muito clara:

¹³⁵ STOTT, John. *Between two worlds*. apud GREIDANUS, Sidney. **Pregando Cristo a partir do Antigo Testamento**. p. 295.

Fomos feitos para nos relacionarmos com Deus. Fomos criados para relacionamentos de aliança, que são os mais íntimos relacionamentos porque são os mais vinculativos. Fomos criados para ser seu povo e para tê-lo como nosso Deus. Se mantivermos a aliança, haverá a bênção do amor, da unidade e da paz. Se quebrarmos a aliança, haverá a maldição da separação, da solidão. Como Deus pode ser santo e ainda permanecer fiel ao seu povo? Somente por meio da morte de Jesus na cruz - onde tanto o amor quanto a lei se cumprem, onde o Senhor se tornou o servo perfeito e cumpriu de forma perfeita e plena a aliança em nosso favor.¹³⁶

O. Palmer Robertson mostra também a certeza que a igreja pode ter de que seu relacionamento pactual com Deus é seguro e imutável: “A expressão pacto de sangue, ou pacto de vida e morte, expressa o caráter absoluto do compromisso entre Deus e o homem no contexto da aliança”. E isso significa que “ao iniciar alianças, Deus jamais entra em relação informal ou casual com o homem. Em vez disso, as implicações de sua aliança estendem-se às últimas consequências de vida e morte”.¹³⁷ Se isso fosse mais enfatizado e pregado, ou seja, se o caráter da aliança de Deus com o seu povo fosse mais e mais lembrado, é provável que a igreja hoje fosse mais compromissada com as exigências do pacto e com a sua própria relação com o Senhor.

Robertson ainda vai além quando diz que “é no contexto da morte pactual, não da morte testamentária, que a morte de Jesus deve ser entendida. A morte de Cristo foi um sacrifício substitutivo. Cristo morreu como um substituto do infrator da aliança. A substituição é essencial para a compreensão da morte de Cristo”,¹³⁸ ou seja, uma pregação fundamentada na teologia do pacto mostrará o real valor da morte de Cristo, o real amor de Cristo em se oferecer como substituto para pagar a pena do pacto quebrado pelo homem.

Todas essas implicações ensinam ainda mais a certeza que o crente pode ter de que Deus está com ele, e jamais o abandonará. Duncan diz que “o coração da aliança é o princípio Emanuel, ‘Eu serei o seu Deus e vocês serão o meu povo’”,¹³⁹ e Robertson acrescenta dizendo que “à medida que a história do relacionamento de Deus com seu povo se desenvolve, a unidade do vínculo pactual torna-se mais evidente”.¹⁴⁰ Essa certeza trará benefícios como segurança do crente em Deus, e não em si mesmo ou em

¹³⁶ KELLER, Timothy. **Pregação: comunicando a fé na era do ceticismo**. p. 90.

¹³⁷ ROBERTSON, O. Palmer. **O Cristo dos pactos**. p. 16.

¹³⁸ Ibid. p. 20.

¹³⁹ DUNCAN, Ligon. **Covenant Theology**. p. 21.

¹⁴⁰ ROBERTSON, O. Palmer. **O Cristo dos pactos**. p. 32.

coisas mundanas; maior amor e confiança no Senhor, o que os impelirá a servir melhor, e conseqüentemente, a igreja será edificada e crescerá para a glória do próprio Deus, em Cristo Jesus.

4. APLICAÇÕES NO PACTO ABRAÂMICO

Até aqui, este trabalho mostrou a importância da teologia do pacto dentro da teologia bíblica, e como ela oferece uma base estrutural para uma leitura unificada de toda a Escritura. Como ela também fundamenta os aspectos da lei e da graça, e, principalmente, como evidencia a centralidade de Cristo e de sua obra redentora em todo o texto bíblico. Além disso, foi mostrado como essas coisas são fundamentais para uma boa pregação expositiva, que busca pregar a Palavra de Deus pura e simples e trazer a única mensagem saudável para o povo de Deus, o evangelho de Jesus Cristo.

Porém, para que esse trabalho fique completo, é importante demonstrar tudo o que foi visto na prática. E essa é a última etapa deste trabalho. Para isso, foi selecionada uma porção da Escritura a ser analisada. Certamente esse trabalho poderia ser feito em toda a Bíblia, mas isso não caberia nessa pequena parcela de páginas. Então, selecionou-se um texto cujos aspectos observados ao longo deste trabalho podem ser bem observados, e é o caso dos relatos de Abraão no livro de Gênesis. Essa escolha de focar exclusivamente nessa parte da história se dá pela importância de Abraão para a teologia pactual. Como Boice comente, “ninguém pode entender o Antigo Testamento sem entender Abraão, porque a história da redenção, em muitos sentidos, começa com o chamado de Deus a esse patriarca”.¹⁴¹

O relato de Abraão em Gênesis se estende do fim do capítulo 11 até o capítulo 25. Por ser uma porção considerável, foram selecionados textos específicos que são pontos chave no relato histórico de Abraão, e que se relacionam especialmente com a doutrina da aliança. São eles: Gênesis 12.1-9, que compreende o chamado de Abraão; Gênesis 15, que é o relato da formalização da aliança entre Deus e Abraão; e, por fim, Gênesis 17, que mostra a instituição da circuncisão como símbolo da aliança.

Por último, é considerável dizer que a intenção desta última etapa não é fazer uma exegese de cada um dos textos, mas demonstrar a utilidade da pregação pactual a partir desses textos. Então, em cada um deles, após uma análise exploratória do enredo do texto e de suas características principais, serão analisadas, sempre que possível, e em

¹⁴¹ BOICE, James. **Homens de Deus em tempos de crise: Abraão, Moisés e Davi**. São Paulo: Multiletra, 1996. p. 11.

maior e menor grau, as cinco características apresentadas no capítulo anterior, a saber: 1. Contexto histórico-redentivo; 2. Relação entre lei e graça; 3. Centralidade de Cristo na promessa-cumprimento; 4. Tipologia; 5. Aspectos relacionais de Deus com o seu povo.

4.1 O chamado de Abraão – Gênesis 12.1-9

O primeiro texto não poderia ser outro que não fosse o que mostra o chamado de Abraão. Gênesis 12 é o início desse relato tão importante que é discutido e lembrado ao longo de toda a Escritura. Aqui nesse texto “Deus apareceu repentinamente a um homem chamado Abraão e graciosamente fez um pacto com ele”.¹⁴² Sim, um pacto, mesmo que a palavra pacto não apareça aí, tal como não aparece em Gn 2 ou em 2 Sm 7, mas são indubitavelmente textos que instituem pactos. De fato, a formalização da aliança entre Deus e Abrão se dá no capítulo 15, mas aqui já é possível notar as características de uma aliança. Primeiro, Deus graciosamente escolhe se relacionar pactualmente com Abrão. Além disso, “a Palavra de Deus veio a ele em termos de uma ordem solene: ‘Sai da tua terra, da tua parentela’ (Gn 12.1)”.¹⁴³ Ou seja, Deus dita os termos da aliança, e isso mostra a condição que Abrão deveria assumir para sustentar esse pacto: fé. Abrão deveria crer nos termos estipulados por Deus, e em troca, promessas foram feitas. Johnstone apresenta sete promessas abençoadoras de Deus no texto: 1. Os descendentes de Abraão se tornariam uma grande nação; 2. Deus abençoaria Abraão; 3. Deus tornaria grande o nome de Abraão; 4. Abraão seria uma bênção; 5. Deus estenderia bênçãos ou maldições sobre aqueles que lidassem com Abraão; 6. Por meio de tudo isso, Deus traria bênçãos a toda a terra; 7. Deus daria aos descendentes de Abraão a terra de Canaã.¹⁴⁴ Por fim, se Abraão não seguisse as condições estipuladas por Deus, certamente o relacionamento seria quebrado, o que redundaria em afastamento do Senhor, o que levaria a morte eterna.

Além dos aspectos da aliança presentes no texto, a narrativa aqui pode ser dividida em duas partes: 1. O Senhor chama Abrão para ir e ele vai (1-5b) e 2. Abraão atravessa Canaã construindo altares ao Senhor (5c-9).¹⁴⁵ Ou seja, há um chamado, uma resposta

¹⁴² JOHNSTONE, Steve. **Preaching the gospel in the light of covenants**. p. 40.

¹⁴³ ROBERTSON, O. Palmer. **O Cristo dos pactos**. p. 107.

¹⁴⁴ JOHNSTONE, Steve. op. cit. p. 40.

¹⁴⁵ GREIDANUS, Sidney. **Pregando Cristo a partir de Gênesis**. p. 167.

obediente, promessas feitas e uma resposta em adoração. Essa análise prévia, e a organização do texto são suficientes pra se iniciar a análise das características para a pregação pactual.

4.1.1 Contexto histórico-redentivo

Primeiro, a pregação pactual ajuda a colocar esse texto dentro do contexto canônico, o contexto da história da redenção. Depois da queda, a situação do mundo, na verdade, degradingou. O homem que antes tinha um relacionamento de comunhão íntima com Deus, perdeu isso por conta do pecado. “O pecado humano resultou numa violência de tal ordem que o desenvolvimento apropriado da vida e da cultura humanas se tornou impossível. Deus enviou um grande dilúvio para purificar a terra e recomeçar com Noé, que levantou um altar ao Senhor para dedicar novamente a terra purificada a Deus”.¹⁴⁶ Mas logo em seguida, vem Babel. A “humanidade mais uma vez afrontou a Deus em Babel, o que levou Deus a confundir-lhes a linguagem e espalhá-los pela terra”.¹⁴⁷ Entretanto,

A graciosa liberalidade de Deus avança de novo a abençoar a terra surgindo de repente e radiantemente no cenário da história sagrada. O Senhor não falara a seus santos desde sua aliança com Noé, quando ele resolve abençoar a terra e nunca tratá-la com desprezo (8.20-9.17). Agora, de repente sua palavra criativa de abençoar as tribos e nações - as quais ele dispersara - redireciona o curso da história. Esta palavra de bênção contrabalança suas palavras de maldição contra os construtores da torre.¹⁴⁸

Fica muito claro aqui que o chamado de Abrão é um ponto de destaque na história da redenção. Kaiser diz que um “novo estágio na revelação divina começou em Gênesis 12. Nessa nova era houve uma sucessão de indivíduos que serviam como o meio escolhido por Deus para oferecer sua palavra de bênção para toda a humanidade”.¹⁴⁹

Deus fez uma promessa lá em Gn 3.15 de que haveria um descendente que resolveria o problema do mundo, e aqui Deus mostra que o plano continua. “O plano original de Deus abençoar o mundo todo será levado à fruição por meio da obediência de Abrão”.¹⁵⁰ Olhando pela história das alianças de Deus com a humanidade “pode-se

¹⁴⁶ Ibid. p. 173.

¹⁴⁷ Ibid. p. 173-4.

¹⁴⁸ WALTKE, Bruce. **Gênesis**. São Paulo: Cultura Cristã, 2010. p. 243.

¹⁴⁹ KAISER JR, Walter. **O plano da promessa de Deus**. São Paulo: Vida Nova, 2011. p. 52.

¹⁵⁰ DUGUID, Iain. **O abismo entre a promessa e a realidade**. São Paulo: Cultura Cristã, 2016. p. 14.

rastrear a trilha da semente da mulher. Depois de Adão e Noé, Abrão é o próximo elo importante da linhagem da semente da mulher que Deus prometeu em Gênesis 3.15”.¹⁵¹

Van Groningen deixa a questão ainda mais clara quando diz que

Da evidência obtida a partir de Gênesis 12 e de passagens subsequentes, só podemos concluir que o pacto da criação/redenção (como um pacto de cordão duplo) foi um meio tanto redentor quanto administrativo criacional. Dito de forma simples, Yahweh cumpriu seu plano e trabalhou para alcançar seus propósitos e metas através do pacto da criação/redenção. Yahweh, o Soberano, cumpriu as intenções e atuações de seu reino cósmico e programa redentor através do pacto com Abraão e sua semente. Da mesma forma que Yahweh havia pactuado com Adão e Eva e com Noé, assim Abraão foi chamado para servir como o agente pactual através do qual o Soberano pactual administrou seu reino.¹⁵²

Isso invariavelmente leva a história à semente da mulher, que encontra seu cumprimento em Jesus Cristo. Deus cumpre sua promessa de salvar a humanidade na história da redenção por meio do descendente de Abrão, e isso já é prefigurado em Abrão e nas promessas que Deus fez a ele. “O chamado de Deus dirigido a Abraão é a previsão furtiva para o resto da Bíblia. É uma história de Deus trazendo salvação a todas as tribos e nações pela instrumentalidade desta santa nação, a princípio administrada pela aliança mosaica e então pelo Senhor Jesus Cristo por meio da nova aliança”.¹⁵³

4.1.2 Relação entre lei e graça

A pregação pactual também evidencia a relação entre a lei e a graça nesse texto. A graça é facilmente vista no chamado de Abrão, pois o patriarca, antes mesmo de ser um patriarca, era de uma família pagã, e, portanto, não tinha nada que merecesse ser escolhido por Deus para dar início ao seu povo. Tal como Deus não precisava de relacionar pactualmente com suas criaturas. Boice lembra o texto de Dt 7.7,8 sobre a escolha do povo de Israel: “Não vos teve o Senhor afeição, nem vos escolheu porque fôsseis mais numerosos do que qualquer povo, pois éreis o menor de todos os povos, mas porque o Senhor vos amava”. E a partir disso pergunta: “Por que Deus os amava? Porque ele os amava. Por que ele os escolheu? Porque ele os escolheu. Esta não é a

¹⁵¹ GREIDANUS, Sidney. **Pregando Cristo a partir de Gênesis**. p. 172.

¹⁵² VAN GRONINGEN, Gerard. **Criação e consumação: Volume 1**. p. 245.

¹⁵³ WALTKE, Bruce. **Gênesis**. p. 251-2.

lógica humana; é a lógica divina. É a lógica da graça. Foi assim que Deus amou a Abraão, e é assim que Deus ama a nós”.¹⁵⁴

Visto que Abrão foi escolhido por graça e não por mérito, a lei fica de fora, então? Certamente que não. No mesmo instante em que Deus o chama, ele o convoca a obedecê-lo. Abrão é salvo pela graça, e a consequência dessa salvação se vê no cumprimento da lei. É por isso que o autor aos Hebreus diz: “Pela fé, Abraão, quando chamado, obedeceu, a fim de ir para um lugar que devia receber por herança; e partiu sem saber aonde ia” (Hb 11.8). O que não significa que Abraão foi perfeito em cumprir a lei depois de Deus lhe conceder salvação, esse peso Cristo carregou pra ele e por toda a humanidade que nele crê por causa do pacto da graça. Portanto, a lei não foi abolida, mas funciona como evidência de salvação.

4.1.3 Centralidade de Cristo na promessa-cumprimento

Muitas promessas aparecem neste texto. E o autor aos Hebreus é bem claro ao dizer que Abraão e os seus familiares “morreram na fé” (Hb 11.13), ou seja, eles não viram todas as promessas se cumprirem. Abraão não viu a sua descendência se tornar uma grande nação. Ele tampouco viu a sua semente abençoar todas as famílias da terra. Isso quer dizer que Deus falhou? De forma nenhuma! E isso ocorre porque esse texto “também aponta para frente, para a vinda de Cristo. A chave para fazer a conexão é encontrada em Gálatas 3.16, em que Paulo diz: “As promessas foram feitas a Abraão e ao seu descendente. Não diz: e aos descendentes, como se falando de muitos, porém como de um só: E ao teu descendente, que é Cristo”.¹⁵⁵ É em Cristo que essas promessas são cumpridas.

A promessa “de ti farei uma grande nação” é cumprida gradualmente, a começar por Isaque, Jacó, depois seus doze filhos, o estrondoso crescimento do povo no Egito, Canaã, e a nação de Israel chega ao seu apogeu em Davi e Salomão. Mas no Novo Testamento o crescimento se mantém especialmente quando Jesus, o descendente

¹⁵⁴ BOICE, James. **Homens de Deus em tempos de crise: Abraão, Moisés e Davi**. p. 14.

¹⁵⁵ DUGUID, Iain. **O abismo entre a promessa e a realidade**. p. 19.

escolhido, ordena aos seus seguidores que façam discípulos de todas as nações. E a igreja nasce, cresce e segue crescendo até hoje.¹⁵⁶

Já a promessa que dizia que Abrão seria uma bênção a todas as famílias da terra foi e ainda está sendo cumprida em Cristo. É o que Paulo diz em Gálatas 3.8: “Ora, tendo a Escritura previsto que Deus justificaria pela fé os gentios, preanunciou o evangelho a Abraão: Em ti, serão abençoados todos os povos”, e complemento no verso 14: “para que a bênção de Abraão chegasse aos gentios, em Jesus Cristo, a fim de que recebêssemos, pela fé, o Espírito prometido”. Essa promessa de fato alcançou os gentios ao redor de todo o mundo, por meio do evangelho de Jesus Cristo. Mas ainda continua alcançando muito mais.

4.1.4 Tipologia

A tipologia desse texto é vista na pessoa de Abrão, o mediador da aliança nesse ponto da história da Redenção. Duguid diz que “Abrão funciona como uma miniatura, uma representação de Cristo antes do tempo”. Por exemplo, “Abrão deixou sua casa e sua família para ir para uma nação pouco desenvolvida por ordem de Deus? Jesus fez muito mais que isso. Ele saiu do lado do Pai no céu para vir a esse mundo, para uma cidade insignificante em um estado de segunda categoria”.¹⁵⁷ Abrão também “recebeu um grande nome e foi uma bênção para aqueles que o abençoaram, enquanto aqueles que o amaldiçoaram foram amaldiçoados. Mas Cristo recebeu ‘o nome que está acima de todo nome, para que, ao nome de Jesus se dobre todo joelho’”.¹⁵⁸

Greidanus também descreve Abrão como um tipo de Cristo. “Ele não só representa a semente da mulher, à qual foi concedida a terra (assim como o jardim foi dado a Adão), mas ao edificar altares a Deus em Canaã, ele reivindica a terra para o Senhor”.¹⁵⁹ E além dessas ações, “como semente da mulher reclamando a terra para o Senhor, Abrão prefigura Jesus Cristo, a Semente da mulher, que restaura o verdadeiro culto a Deus e

¹⁵⁶ GREIDANUS, Sidney. **Pregando Cristo a partir de Gênesis**. p. 173-4.

¹⁵⁷ DUGUID, Iain. **O abismo entre a promessa e a realidade**. p. 19.

¹⁵⁸ Ibid. p. 19-20.

¹⁵⁹ GREIDANUS, Sidney. **Pregando Cristo a partir de Gênesis**. p. 174.

quem envia os seus discípulos para fazerem discípulos de todas as nações, reivindicando assim todo o mundo para o Senhor”.¹⁶⁰

4.1.5 Aspectos relacionais de Deus com o seu povo

A pregação pactual também é de grande auxílio para evidenciar os aspectos relacionais de Deus com o seu povo. Já foi visto que o chamado de Deus a Abrão foi completamente gracioso, sem qualquer tipo de mérito. E Deus fez isso para se relacionar com a humanidade por meio de Abrão, sua família e descendentes. Deus lhe faz promessas e exigências, e para que Abrão demonstre que entrará nesse relacionamento ele deve confiar e obedecer. E é o que ele faz. E para manter esse relacionamento, em todos os lugares que Abrão vai ele constrói altares ao Senhor. O que era algo relativamente comum à época. Mas Waltke explica que:

Abraão não usa um altar cananita. Seu altar é uma expressão de gratidão (ver 8.20) e consagração da Terra Prometida a Deus (ver também 12.8; 13.18; 22.9; 26.25:35.7; Êx 20.24; Js 22.19).⁵ Aqui Abraão também santifica um costume religioso de seu tempo. Nas religiões pagãs, terra e divindade são inseparáveis. Abraão reconhece Deus como o Senhor desta terra, a qual Abraão escolheu para si (Lv 25.23).¹⁶¹

Assim, a aliança entre Deus e Abrão permite o relacionamento entre ambos. Deus sendo Deus de Abrão, e Abrão adorando como Deus dele. Da mesma forma o povo de Deus na igreja hoje pode desfrutar do relacionamento com o Senhor por meio do mediador da nova aliança, Jesus Cristo.

4.2 A formalização da aliança – Gênesis 15

O capítulo 15 de Gênesis também é de grande importância na história de Abraão, mas talvez seja ainda mais importante na história do desenvolvimento da aliança. Isso porque esse texto mostra a formalização da aliança entre Deus e Abrão, mas de uma maneira marcante. John Murray vai dizer que

É a sanção solene através da qual o Senhor confirmou a Abraão a certeza da promessa de que ele herdaria a terra de Canaã. Esta talvez seja a sanção mais marcante que nós temos em toda a Escritura, particularmente se a interpretarmos como um juramento auto-amaldiçoador no qual, antropomorficamente, o próprio

¹⁶⁰ Ibid. p. 174-5.

¹⁶¹ WALTKE, Bruce. **Gênesis**. p. 251.

Deus recorre à maldição do desmembramento, da mutilação, se ele não cumprir a promessa a Abraão de possuir a terra.¹⁶²

Mas antes de tratar do trecho que fala da aliança propriamente dita, o texto começa com Deus encorajando a fé de Abrão em suas promessas, mas mostra também que o patriarca não está lá muito confiante. Duguid explica: “em termos práticos, o cumprimento da promessa parecia mais longe que nunca. Ló, aparentemente, tinha voltado para Sodoma, e, agora, alguém que nem mesmo era um parente de Abrão herdaria seus bens”.¹⁶³ Mas a resposta de Deus para essa dúvida de Abrão vem logo: “A isto respondeu logo o Senhor, dizendo: Não será esse o teu herdeiro; mas aquele que será gerado de ti será o teu herdeiro” (Gn 15.4).

Dito isso Deus reforça a promessa de que a posteridade de Abrão seria tão grande que ele não poderia contar. E Abrão crê em Deus. Ele crê na promessa. E esse verso 6 é um dos mais importantes, por exemplo, para a teologia Paulina da justificação pela fé somente, como Hendriksen explica em seu comentário a Romanos 4, escrito pelo apóstolo:

O que Paulo está dizendo equivale a isto: nossos oponentes recorrem a Gênesis 15.6 em apoio de sua doutrina da justificação pelas obras pelo mérito humano. Segundo sua interpretação, Abraão foi justificado pelas obras. Mas onde, porém, em Gênesis 15.6, há pelo menos uma palavra sobre obra ou mérito? De acordo com Gênesis 15.6, Deus outorgou justiça a Abraão como um dom gratuito. Abraão repousou sua fé no Doador gracioso, que “imputou” a fé do patriarca para justiça. Mais plenamente expresso, isso significa que Deus levou em conta, para a justiça, aquilo de que Abraão apropriou pela fé, a saber, a justiça de Cristo. Que o apóstolo tinha isso em mente torna-se claro neste mesmo capítulo [4 de Romanos].¹⁶⁴

Em seguida Deus também reforça a promessa da terra que a descendência de Abrão herdaria. Nesse ponto da narrativa, Abrão pede um sinal a Deus de como ele saberá que essa promessa será cumprida. E a partir disso Deus ordena a Abrão que comece a preparar uma cerimônia que será a formalização da aliança. Boice explica como isso funciona.

Neste ponto, precisamos lembrar que um juramento é confirmado de maneiras diversas em diferentes sociedades. Nos Estados Unidos, se você está no tribunal e jura dizer a verdade, a verdade completa (somente a verdade), e nada além da verdade, você confirma seu juramento colocando sua mão sobre a Bíblia. No escritório do tabelião, você pode ser chamado a confirmar seu juramento

¹⁶² MURRAY, John. **O Pacto da Graça**. Recife, PE: Os Puritanos, 2001. p. 27.

¹⁶³ DUGUID, Iain. **O abismo entre a promessa e a realidade**. p. 46.

¹⁶⁴ HENDRIKSEN, William. **Romanos**. 2 ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2011. p. 187.

levantando a mão. Em terras islâmicas, um juramento é confirmado pela referência feita à barba do profeta Maomé.

Mas, nos dias de Abraão, um juramento era confirmado por uma cerimônia em que animais eram partidos em dois pedaços ao longo da espinha dorsal e colocados em duas filas, as filas voltadas uma para a outra num espaço demarcado entre as duas. As partes envolvidas no juramento caminhavam juntas até o espaço entre os dois pedaços e enunciavam suas promessas ali. O juramento era especialmente sagrado devido ao sangue vertido, e sua violação era considerada uma grande desonra.

Foi essa cerimônia que Deus realizou com Abraão. Neste caso, contudo, somente Deus passou entre as partes (Gn 15.17). Não foi permitido a Abraão participar. Quando Deus veio confirmar Sua aliança com Abraão, Ele confirmou-a Ele mesmo. É por isso que, referindo-se a esse evento, Hebreus afirma: "Pois quando Deus fez a promessa a Abraão, visto que não tinha ninguém superior por quem jurar, jurou por Si mesmo, dizendo: certamente, te abençoarei e te multiplicarei. E assim, depois de esperar com paciência, obteve Abraão a promessa" (Hb 6.13-15).¹⁶⁵

Dessa forma, a resposta de Deus para que Abrão pudesse confiar, foi a realização de uma aliança formal com o próprio Deus se colocando debaixo da pena de seu juramento. Isso quebraria qualquer dúvida. E é por esse motivo que esse texto é tão significativo na teologia da aliança. E, agora, é importante demonstrar como a pregação pactual auxilia na exposição e aplicação desse texto.

4.2.1 Contexto histórico-redentivo

Quanto ao contexto histórico-redentivo desse texto, não há dúvida que ele é o que mais facilmente se pode fazer essa ponte. Na história da redenção o ser humano pecou, e isso o colocou em situação de morte, coisa que não havia antes. O preço da quebra da aliança foi a morte. Mas Deus prometeu que o descendente da mulher resolveria esse problema, ou seja, ele pagaria o preço que a quebra da aliança trouxe ao mundo. E Deus fez isso por meio de uma nova aliança, na qual os homens deveriam crer, pela fé, no Messias prometido que seria também o cumpridor dessa promessa.

Gênesis 15 é o relato de mais uma renovação dessa aliança na progressão da história. Abrão pede a Deus um sinal de que poderia crer na promessa, e Deus realiza essa cerimônia, na qual somente ele passa por entre os animais cortados, indicando a "relação vital entre morte e aliança. A representação simbólica da morte do autor da aliança era essencial à instituição, quer da aliança abraâmica, quer da mosaica".¹⁶⁶

¹⁶⁵ BOICE, James. **Homens de Deus em tempos de crise: Abraão, Moisés e Davi**. p. 30-1.

¹⁶⁶ ROBERTSON, O. Palmer. **O Cristo dos pactos**. p. 116.

Inclusive “a escuridão, a fumaça e o fogo (12,17), como os do Sinai, proclamam mormente o ‘terror do Senhor’, o impacto da santidade sobre o pecado; cf. Is 6.3-5”.¹⁶⁷ O que pode ser visto lá na frente, pois “mesmo a nova aliança seria inaugurada em meio a trevas e terremoto (Mt 27.15,51)”.¹⁶⁸

Em concordância com isso, o progresso da história da redenção mostrou o cumprimento dessa cerimônia em Cristo Jesus, o descendente de Abrão. “O Soberano, eterno e gracioso Deus, veio para estabelecer sua aliança, e ele a confirmou não com o sangue de animais, mas com o de seu próprio Filho, Jesus Cristo Nosso Senhor”.¹⁶⁹ Nessa parte da história, mais uma vez o homem não “passou por entre os pedaços”, mas foi somente o próprio Deus quem pagou o preço.

Então Cristo veio. Ele guardou todas as leis da aliança. Ele viveu em perfeita harmonia com cada estipulação da aliança. Porém, ele morreu. Ele sofreu as maldições da aliança. Agora, ele pode oferecer as bênçãos mais plenas da vida aos celebrantes da aliança que merecem a morte. “Tomai, comei”, disse ele. “Isto é o meu corpo”. E o cálice? “Bebai dele todos; porque isto é o meu sangue, o sangue da (nova) aliança, derramado em favor de muitos, para remissão de pecados” (Mt 26.26-28). Dramatize a sua participação na bênção do seu sacrifício. Goze da confiança do idoso Abraão. Esteja certo de sua salvação eterna por meio do sangue da aliança eterna.¹⁷⁰

4.2.2 *Relação entre lei e graça*

Quanto à relação entre lei e graça aqui, muito se diz que Abrão, pelos méritos da sua fé, da sua guarda do pacto, ele obteve as bênçãos reservadas à sua descendência, ou, como diz o próprio texto, justiça lhe foi imputada. Essa é uma maneira errada de se olhar a questão. A graça está completamente envolvida aí. Murray diz que “guardar o pacto, longe de ser incompatível com a natureza do pacto como uma administração da graça, divina em sua iniciativa, confirmação e cumprimento, é uma necessidade que surge da intimidade e espiritualidade da relação religiosa envolvida”.¹⁷¹ Ou seja, a iniciativa é da graça, o restante, o cumprimento e guarda do pacto, vem a partir dela. Ele ainda complementa:

¹⁶⁷ KIDNER, Derek. **Gênesis: Introdução e comentário**. São Paulo: Vida Nova, 1979. p. 116.

¹⁶⁸ Idem.

¹⁶⁹ BOICE, James. **Homens de Deus em tempos de crise: Abraão, Moisés e Davi**. p. 35.

¹⁷⁰ ROBERTSON, O. Palmer. **Alianças**. p. 38.

¹⁷¹ MURRAY, John. **O Pacto da Graça**. p. 29.

Quanto mais elevada for nossa concepção da graça dispensada, mais é requerido que tenhamos uma postura de fidelidade recíproca como parte receptora. As exigências de estima e gratidão aumentam com a largura, cumprimento, altura e profundidade do favor concedido. E essas exigências tomam forma prática concreta com a obrigação de se obedecer aos mandamentos de Deus.¹⁷²

Essa percepção é de grande importante para a igreja hoje, para que o cumprimento da lei não se torne um peso para se conquistar a salvação, mas que seja uma resposta a essa graça infundida nos salvos. Boice conclui assim:

Um cristão não deve permitir que ninguém lhe diga que sua segurança vem da força de sua fé, ou de sua fidelidade em comparecer à igreja, do batismo, de ler a Bíblia, ou de qualquer outra coisa. Se um cristão é relapso no cumprimento dessas coisas, ele sofrerá as consequências disso e Deus poderá discipliná-lo. Mas a salvação não depende dessas coisas. Depende de Deus, que em sua imensa graça estabeleceu uma eterna e imutável aliança com seu povo.¹⁷³

4.2.3 Centralidade de Cristo na promessa-cumprimento

Esse ponto da pregação pactual tende a se repetir nos textos de Abraão, visto que Deus não faz novas promessas, apenas reforça as promessas já realizadas ao patriarca. Mas é importante dizer que nesse texto “a ênfase na promessa divina nessa aliança é admiravelmente destacada por um aspecto da narrativa”.¹⁷⁴ Robertson diz:

Ao contrário do que se podia esperar, Abraão não passa entre os pedaços divididos que representavam a condenação de auto-maldição da aliança. O Senhor da aliança não requer que seu servo tome sobre si mesmo o juramento da auto-maldição. Somente o próprio Deus passa por entre os pedaços. Por esse ato, Deus promete. O Senhor assume para si mesmo a total responsabilidade de ver que será cumprida cada promessa da aliança.¹⁷⁵

É como se Deus dissesse “Eu prometo. Eu me comprometo solenemente como Deus Todo Poderoso. A morte pode ser necessária. Mas as promessas da aliança serão cumpridas”.¹⁷⁶ E, como já visto anteriormente, “em Jesus Cristo Deus cumpre a sua promessa”.¹⁷⁷

¹⁷² Ibid. p. 29-30.

¹⁷³ BOICE, James. **Homens de Deus em tempos de crise: Abraão, Moisés e Davi**. p. 35.

¹⁷⁴ ROBERTSON, O. Palmer. **O Cristo dos pactos**. p. 121.

¹⁷⁵ Idem.

¹⁷⁶ Idem.

¹⁷⁷ Idem.

4.2.4 Tipologia

Na pregação pactual, a tipologia é uma ferramenta de grande utilidade. E, nesse texto, todo o evento ocorrido de formalização da aliança é um tipo do que ocorreu na formalização da nova aliança, em Cristo Jesus. Esse assunto já foi repetidamente abordado nesse tópico, mas vale a pena mencionar como Duguid demonstra a tipologia ao comentar sobre esse capítulo em seu livro que expõe os textos bíblicos que narram a vida de Abraão.

Por qual figura Deus poderia ter demonstrado seu compromisso de forma mais gráfica a Abrão? Como esse compromisso poderia ter sido apresentado de forma mais vivida? A única forma seria a figura se tornar realidade, o Deus eterno assumir a natureza humana e morrer em lugar dos filhos de Abrão, que quebraram a aliança. E foi precisamente isso o que Deus fez em Jesus Cristo.¹⁷⁸

4.2.5 Aspectos relacionais de Deus com o seu povo

O aspecto da relação de comunhão e amor entre Deus e seu povo também é bastante evidenciado neste texto. Murray ao falar dessa aliança formalizada nesse capítulo 15 de Gênesis diz que “a essência da bênção é que Deus será o Deus de Abraão e de sua descendência, a promessa característica do Antigo Testamento: ‘Eu serei o vosso Deus e vós sereis meu povo’. Numa Palavra, isto consiste em união e comunhão com o Senhor”.¹⁷⁹ Isso apenas demonstra mais fortemente o quanto a aliança enfatiza o aspecto relacional do Deus de Israel.

Van Groningen mostra um aspecto bastante paternal desse relacionamento na aliança entre Deus e Abraão ao dizer que “O agente pactual e vice-gerente de Yahweh se sentiu sozinho e temeroso. Yahweh lhe garantiu que estava com ele, que o manteria e protegeria. Yahweh garantiu a Abraão um futuro certo e abençoado”.¹⁸⁰ E o grau desse relacionamento se torna ainda mais explícito quando o Senhor da Igreja, Jesus Cristo, se encarnou para habitar com o seu povo. Ele trouxe o relacionamento pactual a um nível jamais visto entre a divindade e a humanidade, sendo o mediador da nova aliança, que redime o seu povo, provendo-lhes salvação em meio a um futuro que rumava à morte.

¹⁷⁸ DUGUID, Iain. **O abismo entre a promessa e a realidade**. p. 50.

¹⁷⁹ MURRAY, John. **O Pacto da Graça**. p. 29.

¹⁸⁰ VAN GRONINGEN, Gerard. **Criação e consumação: Volume 1**. p. 251.

4.3 A instituição da circuncisão – Gênesis 17

O último texto que será analisado neste trabalho é o capítulo 17 de Gênesis. Deus mais uma vez aqui renova as promessas com a Abrão, que agora tem seu nome mudado para Abraão, bem como sua esposa, que tem seu nome mudado de Sarai para Sara. Além disso, e provavelmente a parte mais importante do texto, Deus estabelece um símbolo da Aliança entre ele e Abrão e seus descendentes, a circuncisão, e Abraão obedece ao Senhor, aplicando a circuncisão em todo o seu povo.

A primeira questão que o texto apresenta é Deus chegando a Abrão mais uma vez, e renovando as suas promessas. Qual o motivo disso? No capítulo anterior de Gênesis, a narrativa conta que Abrão e Sara caíram na sua fé, pois tentaram “levantar a semente por meio de uma serva, Hagar”.¹⁸¹ “É, possivelmente, por causa dessa falha por parte do patriarca que é instituída uma lembrança mais permanente do relacionamento de Deus com ele”.¹⁸² E isso é importante pois “deve ser dado algum sinal durável, que permaneça além do estágio visionário da experiência. A circuncisão, como selo da aliança abraâmica, fica sempre com o patriarca, para lembrá-lo da certeza das promessas”.¹⁸³

Quanto à mudança dos nomes de Abrão e Sarai, qual o significado, ou o motivo disso? Duguid explica que “quando uma aliança era feita no mundo antigo, era comum o grande rei dar um novo nome ao rei menor (cf. 2Rs 24.17). [...] Deus estava mudando a coisa mais pessoal em Abrão e Sarai: seus nomes”.¹⁸⁴ E isso implica que “daí por diante, toda vez que seus nomes eram pronunciados, Abraão e Sara seriam lembrados de que não pertenciam a si mesmos, mas a Deus”.¹⁸⁵ Além disso, o fato de Deus mudar o nome de Sara, especificamente, atribui grande importância a ela, pois “constituiu um marco e a introduziu na promessa por seus próprios direitos (vs. 16, 19)”.¹⁸⁶

Apesar destes importantes relatos do texto, “a circuncisão é o assunto principal dessa narrativa”.¹⁸⁷ E a primeira coisa significativa a se enfatizar aqui é que o ato da circuncisão “não deve ser considerado como uma condição que, se alcançada, iria fazer

¹⁸¹ Ibid. p. 251-2.

¹⁸² ROBERTSON, O. Palmer. **O Cristo dos pactos**. p. 123.

¹⁸³ Idem.

¹⁸⁴ DUGUID, Iain. **O abismo entre a promessa e a realidade**. p. 68.

¹⁸⁵ Idem.

¹⁸⁶ KIDNER, Derek. Gênesis: Introdução e comentário. p. 121.

¹⁸⁷ GREIDANUS, Sidney. **Pregando Cristo a partir de Gênesis**. p. 190.

com que ele [Abraão] merecesse a justiça ou qualquer outra bênção. Von Rad estava correto ao dizer que a circuncisão seria ‘um ato de apropriação, um testemunho da revelação da salvação de Deus’¹⁸⁸.¹⁸⁹ E, também, “longe de ser um aspecto opcional do compromisso pactual, o selo é a aliança”¹⁹⁰ (Gn 17.13).

Mas o que significa a circuncisão? Duguid explica muito bem que

A circuncisão não é meramente um teste doloroso do compromisso espiritual de Abraão, como requerer que ele fure as orelhas ou fique deitado em uma cama de pregos por uma semana teriam sido. A circuncisão era um sinal pactual, um sinal que envolve corte, exatamente como o corte dos animais em Gênesis 15. Ali, a maldição da quebra da aliança foi simbolizada por carcaças de animais, demonstrando perfeitamente a destruição que sobreviria a quem quebrasse a aliança. Somente o próprio Deus passou por entre os pedaços, simbolizando o fato de que ele mesmo pagaria pela quebra da aliança. Em Gênesis 17, porém, o sinal de juízo foi aplicado ao órgão reprodutor de Abraão. Esta era a fonte tanto daquilo que ele esperava, o descendente prometido, quanto de seu erro envolvendo Agar. Transformar o sinal em realidade simplesmente significaria aplicar a faca um pouco mais amplamente, eliminando a descendência de Abraão. Se Abraão falhasse em cumprir a aliança, sua descendência seria eliminada.¹⁹¹

A circuncisão não era algo novo, criado por Deus exclusivamente para Abraão e sua família. Vos diz que “ela existia, indubitavelmente antes do tempo de Abraão”,¹⁹² e que “nós, portanto, devemos admitir que ela não foi dada a Abraão como uma coisa previamente desconhecida, mas como algo introduzido na família que estava investido de um novo significado”.¹⁹³ Roland De Vaux, amplia, em sua vasta pesquisa, dizendo que ainda antes de Abraão “parece que a circuncisão era um rito de iniciação para o casamento e, por conseguinte, para a vida comum do clã. Isso é certo tratando-se das numerosas tribos da África que a praticam atualmente, e é muito provável tratando-se do antigo Egito, onde a circuncisão se realizava no momento da puberdade”.¹⁹⁴ Van Groningen complementa isso dizendo que Deus “adotou uma prática comum para servir

¹⁸⁸ VON RAD, Gerhard. Genesis: A commentary. apud VAN GRONINGEN, Gerard. **Criação e consumação: Volume 1**. p. 257

¹⁸⁹ VAN GRONINGEN, Gerard. **Criação e consumação: Volume 1**. p. 257.

¹⁹⁰ ROBERTSON, O. Palmer. op. cit. p. 124.

¹⁹¹ DUGUID, Iain. **O abismo entre a promessa e a realidade**. p. 68-9.

¹⁹² VOS, Geerhardus. **Teologia Bíblica: Antigo e Novo Testamentos**. p. 115.

¹⁹³ Ibid. p. 115-6.

¹⁹⁴ VAUX, Roland De. **Instituições de Israel no Antigo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2004. p. 71-2.

ao ensino da verdade espiritual e ética”, e com isso a “circuncisão significava remoção, não de uma impureza física necessariamente, mas da impureza moral e espiritual”.¹⁹⁵

Em resumo, a circuncisão, originalmente, “simbolizava a inclusão na comunidade da aliança estabelecida pela iniciativa da graça de Deus”¹⁹⁶. Ela também “indicava a necessidade de purificação. O ato higiênico da remoção do prepúcio simbolizava a purificação necessária para o estabelecimento de uma relação de aliança entre um Deus santo e um povo pecaminoso”¹⁹⁷ e, por fim, ela revela um caráter comunitário, visto que “o rito da circuncisão implica que a raça é pecadora e necessita de purificação. O pecado não é apenas do indivíduo, mas também da raça”.¹⁹⁸ Ou seja, “a íntima relação desse selo de aliança com a propagação da raça indica que Deus quer tratar com famílias. [...] A promessa da aliança, selada pelo rito inicial da circuncisão, dirige-se à solidariedade da unidade familiar”.¹⁹⁹

Após o pregador observar cada um dos aspectos resumidamente observados aqui, ele precisa transpor todo esse material para o seu ouvinte contemporâneo. A pregação pactual auxiliará nesse movimento, mais uma vez nos pontos característicos seguintes.

4.3.1 Contexto histórico-redentivo

Este texto tem um caminho demarcado, ou para não perder o trocadilho, sinalizado até Jesus Cristo na história da redenção. A instituição do sinal da circuncisão é ponto inicial de um longo caminho que culmina em Cristo. Greidanus comenta sobre esse caminho:

pode-se seguir a trilha da progressão histórico-redentora desde Deus exigindo de Abraão e Israel, por todo o Antigo Testamento, a circuncisão como sinal da sua aliança até o primeiro concílio da igreja em Jerusalém, o qual, guiado pelo Espírito Santo, isentou os gentios da exigência da circuncisão (At 15.1-29), até a sua substituição pelo batismo como sinal de entrada na aliança de Deus. Jesus enviou os seus discípulos não para que circuncidassem, mas para que batizassem: “fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo” (Mt 28.19).²⁰⁰

¹⁹⁵ VAN GRONINGEN, Gerard. **Criação e consumação: Volume 1**. p. 257.

¹⁹⁶ ROBERTSON, O. Palmer. **O Cristo dos pactos**. p. 125.

¹⁹⁷ Idem.

¹⁹⁸ Ibid. p. 127.

¹⁹⁹ Idem.

²⁰⁰ GREIDANUS, Sidney. **Pregando Cristo a partir de Gênesis**. p. 191.

Aqui é importante demonstrar, resumidamente, como o batismo se torna sucessor da circuncisão na história da aliança. Hendriksen explica:

Deus, em sua sabedoria, resolveu instituir o sacramento do batismo como um símbolo de entrada na Aliança da Graça. Como tal, ele ilustra a limpeza da culpa do pecado, por meio da expiação de Cristo, e da contaminação do pecado, por meio da operação do Espírito Santo. De forma similar ao batismo, no Antigo Testamento, a circuncisão é o selo da nossa entrada na aliança. Compare-se ao uso dos selos hoje em dia para indicar a validade de um documento importante. Como valorizamos esses selos! Como tal, o batismo é o penhor exterior, visível, da fidelidade de Deus à promessa de sua aliança. Sela-nos, a nós e aos nossos descendentes, a amizade de Deus, portanto, a salvação completa e gratuita: remissão dos pecados (Mar. 1:4; Atos 2: 38; 22:16; Heb. 10:22), regeneração, conversão, santificação (Rom. 6:2-10; 1Co. 6:11; Ef. 5:26; Col. 2:12) e comunhão com Cristo e com o corpo de Cristo; daí, também, a separação do mundo (Mat. 28:19; Atos 2:40, 41; 1Cor. 12:13). Que o batismo é verdadeiramente um símbolo e sinal da Aliança da Graça é demonstrando de forma evidente quando consideramos que, como já o fora mencionado, de acordo a Escritura (Col. 2:11, 12), o batismo tomou o lugar da circuncisão. E a circuncisão é chamada “sinal ... selo da justiça da fé que teve (Abraão) quando ainda era incircunciso” (Rom. 4:11).

O batismo é um sinal e um selo da entrada na Aliança da Graça também para os filhos dos crentes, como aprendemos de Atos 2:38,39; os apóstolos que batizavam famílias inteiras, assim o criam (Atos 16:15, 33; 1 Co. 1:16); e depreende-se do fato de que estes filhos, assim como seus pais estão incluídos na aliança (Gen. 17:7; Sal. 103:17; Isa. 59: 21; Mar. 10:13, 14; Atos 2:38, 39).²⁰¹

Isso não significa que a circuncisão foi completamente descartada agora. De fato, ela “não tem mais significado como um rito externo, mas como uma representação simbólica da realidade da justiça”.²⁰² Ou seja, “A circuncisão no Antigo Testamento simboliza a justiça que vem por meio da fé. Na época da nova aliança, o rito externo da circuncisão não é uma exigência para o povo de Deus. Mas a essência simbolizada pelo rito deve ter sua verdadeira manifestação no coração do cristão”.²⁰³

E como já informado pela citação de Hendriksen acima, mas ainda é importante deixar claro, “a relação entre circuncisão e batismo encontra desenvolvimento em Colossenses 2.11-12”²⁰⁴: “Nele, também fostes circuncidados, não por intermédio de mãos, mas no despojamento do corpo da carne, que é a circuncisão de Cristo, tendo sido sepultados, juntamente com ele, no batismo, no qual igualmente fostes ressuscitados mediante a fé no poder de Deus que o ressuscitou dentre os mortos” (Cl 2.11-12). O que

²⁰¹ HENDRIKSEN, William. **El pacto de gracia**. Kalamazoo Ave. S.E.: Subcomisión Literatura Cristiana, 1985. p.29-31.

²⁰² ROBERTSON, O. Palmer. **O Cristo dos pactos**. p. 133-4.

²⁰³ Ibid. p. 134.

²⁰⁴ Idem.

o texto diz é que “apesar deles não terem sido circuncidados externamente, Paulo confirma que eles haviam sido circuncidados ‘não por intermédio de mãos’. Em outras palavras, a deles era uma circuncisão simbólica. E como? Quando a tinham recebido? Quando foram batizados!”²⁰⁵ Logo, a passagem deixa claro, e até seria mais bem comunicada com uma tradução como: “quando fostes sepultados com ele no batismo, fostes circuncidados”.²⁰⁶

Para finalizar, segue-se que

Ter a experiência da circuncisão de Cristo, mediante o despojamento do corpo da carne, é o mesmo que ser sepultado com ele e ressuscitar com ele no batismo por meio da fé. Se é assim, a única conclusão a que podemos chegar é que os dois sinais, como ritos externos, simbolizam a mesma realidade interior no pensamento de Paulo. Assim, pode-se afirmar positivamente que a circuncisão é, no Antigo Testamento, a contraparte do batismo cristão.²⁰⁷

4.3.2 Relação entre lei e graça

A relação entre lei e graça nesse texto é semelhante ao que foi exposto em Gênesis 15. Deus graciosamente ofereceu os termos do pacto, no caso aqui, ofereceu o símbolo que os marcaria como povo de Deus e os faria se lembrar de quem eram. Abraão deveria obedecer não como peso de uma lei que ele jamais conseguiria cumprir perfeitamente para obter salvação, mas como fruto dessa graça.

4.3.3 Centralidade de Cristo na promessa-cumprimento

Quanto à promessa, esse texto é recheado delas, sendo todas elas cumpridas em Jesus Cristo, e, obviamente, muitas já citadas em textos anteriores, presentes aqui como reforço e encorajamento da parte de Deus. Greidanus faz um apanhado geral delas e as aponta pra Cristo:

"Serás pai de numerosas nações" (17.4) foi cumprida em Cristo quando ele enviou os seus discípulos, ordenando-lhes: "fazei discípulos de todas as nações" (Mt 28.19; cf. Rm 4.16,17; 15.8-12). "Reis procedendo de ti" (17.6; cf. 49.8-12) foi absolutamente realizada com a chegada do filho de Abraão, Jesus, o Rei dos reis. "Dar-te-ei... toda a terra de Canaã" (17.8) será cumprida em Jesus numa escala muito mais grandiosa quando o povo de Deus herdar a nova terra. "(Eu)

²⁰⁵ SARTELLE, John et. al. **O Batismo Infantil**. Recife, PE: Os Puritanos, 2000. p. 18.

²⁰⁶ ROBERTSON, O. Palmer. op. cit. p. 137.

²⁰⁷ Ibid. p. 138.

serei o seu Deus", concretizou-se em Jesus, o qual com o seu sacrifício reconciliou Deus com o seu povo.²⁰⁸

Mas o próprio Greidanus diz que “se o nosso texto estivesse limitado às promessas de Deus, esses certamente seriam caminhos válidos até Cristo no Novo Testamento. Mas uma vez que o texto é toda a narrativa e o seu tema [...] focaliza a exigência divina da circuncisão, devemos selecionar no Novo Testamento pontes até Cristo que estejam alinhadas com o tema”.²⁰⁹

Entretanto, não há necessidade de se descartar tudo o que o texto fala sobre as promessas por elas não serem o tema central. Elas podem ser boas aplicações que trazem esperança à igreja ao vê-las sendo cumpridas em seu redentor. Inclusive, ao falar sobre o símbolo da aliança, a circuncisão, e chegar ao batismo, é necessário falar deles como sacramentos, ou seja, como diz o Breve Catecismo de Westminster, “Um sacramento é uma santa ordenança, instituída por Cristo, na qual, por sinais sensíveis, Cristo e as bênçãos do novo pacto são representadas, seladas e aplicadas aos crentes”.²¹⁰ Esses símbolos servirão de encorajamento e alegria para a igreja, pois por meio deles as bênçãos e promessas são representadas, seladas e aplicadas aos crentes.

4.3.4 Tipologia

A tipologia não é o caminho mais vívido nesse texto. Greidanus até aponta para a história da aliança, tendo “Abraão, a semente da mulher, ao receber obedientemente a circuncisão, tem um paralelo com Jesus. Jesus, a semente da mulher, também recebeu a circuncisão como sinal da aliança (Lc 2.21)”.²¹¹ Entretanto, essa representação é muito fraca perto do que Cristo fez dentro da história redentora no que diz respeito a circuncisão. “Como Deus em carne humana, Jesus cumpriu a descrição de Gênesis 15; como descendente de Abraão, ele cumpriu a descrição de Gênesis 17. Ele foi eliminado pelo nosso pecado, o que permite que nosso relacionamento com Deus, ameaçado pelo pecado, permaneça firme”.²¹²

²⁰⁸ GREIDANUS, Sidney. **Pregando Cristo a partir de Gênesis**. p. 192.

²⁰⁹ Idem.

²¹⁰ BCW. **Breve Catecismo de Westminster**. Disponível em: <<http://www.ipb.org.br/recursos/download/breve-catecismo-de-westminster-4>>. Acesso em: 21 nov. 2020. Pergunta 92.

²¹¹ GREIDANUS, Sidney. **Pregando Cristo a partir de Gênesis**. p. 192.

²¹² DUGUID, Iain. **O abismo entre a promessa e a realidade**. p. 69-70.

4.3.5 Aspectos relacionais de Deus com o seu povo

O relacionamento entre Deus e seu povo é sempre muito evidenciado quando os aspectos da aliança são tão visíveis. No caso desse texto, o qual apresenta a instituição da circuncisão, demonstra que “ela servia para introduzir pessoas na comunidade externamente organizada de Israel. Mas também pretendia representar o relacionamento em direção à Deus, que era a essência da aliança”.²¹³

Portanto, o símbolo, o sacramento, seja a circuncisão, na Velha Aliança, ou o Batismo, na Nova aliança, deixam em evidência a frase também dita no texto “serei o seu Deus” (Gn 17.7), que é vista como a fórmula pactual. “Ela dá expressão ao princípio Emanuel: ‘Deus conosco’. Abraão foi assegurado que este relacionamento, iniciado e mantido pelo Deus soberano e Todo-poderoso, deveria acontecer também com seus descendentes”.²¹⁴ Ou seja, esses sinais lembram a igreja que eles são povo de Deus, guardados, protegidos e abençoados por ele, pois ele escolheu se relacionar pactualmente com seu povo.

²¹³ ROBERTSON, O. Palmer. **O Cristo dos pactos**. p. 127.

²¹⁴ VAN GRONINGEN, Gerard. **Criação e consumação: Volume 1**. p. 254.

5. CONCLUSÃO

É interessante observar na Palavra o final da história de Abraão. Em Gênesis capítulo 25, no verso 11, é dito que “Depois da morte de Abraão, Deus abençoou a Isaque, seu filho; Isaque habitava junto a Beer-Laai-Roi”. O texto tem uma ideia de finalização da grande história do patriarca Abraão. Mas o texto também dá o início de uma nova história, a história da aliança de Deus com o filho da promessa, Isaque.

A história da aliança de Deus com seu povo é assim, vai seguindo seu caminho, perene, progredindo, sempre debaixo do controle de Deus, pois, como foi visto, a aliança é um pacto “soberanamente administrado”.²¹⁵ E assim Deus vai conduzindo a história conforme ele mesmo planejou, antes da fundação do mundo, dentro da misteriosa aliança trinitária, ou, aliança da redenção. Abraão foi um homem usado por Deus dentro dos planos da progressão da história da redenção. Mas “ninguém é indispensável aos planos de Deus, nem mesmo Abraão. Seu filho tomaria o seu lugar no plano de Deus: ser abençoado por Deus e ser uma bênção às nações (Gn 25.11)”.²¹⁶ Assim Deus faz ao longo da história, usa homens para o seu propósito, propósito esse que é aguardado o cumprimento ansiosamente pelo seu povo. “Enquanto isso, vivemos, como Abraão, pela fé – a fé daqueles que sabem que a luz no fim do caminho é a acolhedora presença de Jesus, levando-nos para o nosso lar”.²¹⁷

E é essa a mensagem que deve ser pregada nesse mundo envolto em trevas. E o objetivo desse trabalho foi justamente equipar a igreja para que essa mensagem, que é o centro de toda a Escritura, seja também o centro de toda pregação que saia da voz de qualquer pregador que tenha sido chamado a proclamar as verdades do evangelho.

No primeiro capítulo foi demonstrado tanto a definição como escopo da teologia pactual, que é a base para a unificação da Escritura, e uma ponte fiel e clara para o mediador entre Deus e os homens, o filho de Deus, o personagem principal da história da redenção, Jesus Cristo. Ali foi visto tanto como a Bíblia mostra a teologia da aliança, depois como os símbolos de fé o utilizam, e por fim como a essa doutrina tão central na

²¹⁵ ROBERTSON, O. Palmer. **O Cristo dos pactos**. p. 14.

²¹⁶ DUGUID, Iain. **O abismo entre a promessa e a realidade**. p. 140.

²¹⁷ Ibid. p. 142.

apresentação do evangelho se desenvolveu ao longo da história da igreja, desde os pais, depois aos reformadores e até aos contemporâneos.

O segundo capítulo apresentou a parte principal deste trabalho: como os pregadores podem utilizar a teologia da aliança como auxílio, ou melhor, como fundamento para suas pregações, a fim de que elas apontem para Cristo e edifiquem a Igreja. Mostrou-se primeiro um pouco sobre a pregação em geral, depois o modelo básico da pregação expositiva, e por fim foi introduzido o conceito de pregação pactual, uma ferramenta de grande auxílio ao pregador para preencher bíblica e fielmente a pregação expositiva. Os pontos abordados pela pregação pactual foram a fundamentação da abrangência canônica da pregação expositiva; a demonstração da importância da relação entre lei e graça; a fundamentação da centralidade de Cristo na estrutura promessa-cumprimento; o auxílio no entendimento dos tipos do Antigo Testamento em relação ao Novo Testamento; e, por fim, a evidenciação no relacionamento de Deus com seu povo.

Enfim, o terceiro e último capítulo procurou aplicar todos esses conceitos expostos nos capítulos 1 e 2, utilizando por base a aliança abraâmica. Certamente não seria possível tratar de todos os capítulos que tratam da vida de Abraão ali em Gênesis, mas foram selecionados os principais deles, a saber, o 12, que trata do chamado de Abrão; o 15, que trata da formalização da aliança entre Deus e Abrão; e, por último, o 17, que fala sobre a institucionalização do sinal da aliança, a circuncisão. Em cada um deles, os pontos observados acerca da pregação pactual no segundo capítulo foram analisados e expostos, a fim de exemplificar e aplicar ao leitor como é útil utilizar-se da teologia da aliança ao longo do ministério da pregação, e como isso é benéfico e saudável para a igreja de Jesus Cristo.

Que o Senhor da aliança seja glorificado por meio desse trabalho, e que os pregadores, auxiliados e iluminados pelo seu Espírito Santo, edifiquem a igreja anunciando o nome de Cristo, o mediador da aliança e cumpridor das promessas do pacto, aquele que pagou o preço das maldições que eram destinadas aos quebradores do pacto, conferindo a eles, pela fé, o poder de serem chamados filhos de Deus (Jo 1.12).

“Por isso mesmo, ele é o Mediador da nova aliança, a fim de que, intervindo a morte para remissão das transgressões que havia sob a primeira aliança, recebam a promessa da eterna herança aqueles que têm sido chamados” (Hb 9.15).

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANGLADA, Paulo. **Vox Dei: A teologia reformada da pregação**. Disponível em: <<http://www.monergismo.com/textos/pregacao/voxdei.htm>>. Acesso em: 03 nov. 2020.
2. BCW. **Breve Catecismo de Westminster**. Disponível em: <<http://www.ipb.org.br/recursos/download/breve-catecismo-de-westminster-4>>. Acesso em: 21 nov. 2020.
3. BEALE, Gregory. **Teologia Bíblica do Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2018.
4. BEEKE, Joel e JONES, Mark. **Teologia Puritana**. São Paulo: Vida Nova, 2016.
5. BERKHOF, Louis. **Teologia Sistemática**. 4 ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2012.
6. BOICE, James. **Homens de Deus em tempos de crise: Abraão, Moisés e Davi**. São Paulo: Multiletra, 1996.
7. BULLINGER, Heinrich. **Segunda Confissão Helvética**. I.4. Disponível em: <<http://www.monergismo.com/textos/credos/seg-confissao-helvetica.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2020.
8. CALVINO, João. **As institutas da religião cristã: Volume 4**. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.
9. CAMPOS JR, Heber. **Pacto das Obras: Bíblico ou Não?** 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jmONJHKhFH8>>. Acesso em: 23 out. 2020.
10. CFW. **Confissão de Fé de Westminster**. Disponível em: <http://www.executivaipb.com.br/arquivos/confissao_de_westminster.pdf>. Acesso em: 30 out. 2020.
11. CHAPPELL, Bryan. **O sermão Cristocêntrico**. São Paulo: Cultura Cristã, 2017.

12. _____. **Pregação Cristocêntrica**. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.
13. CRAMPTON, W. Gary. **Cristo o mediador: uma análise da cristologia de Westminster**. Brasília, DF: Monergismo, 2014.
14. DUGUID, Iain. **O abismo entre a promessa e a realidade**. São Paulo: Cultura Cristã, 2016.
15. DUNCAN, Ligon. **O que é teologia do pacto?** Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/teologia_pacto/teologiapacto.htm> Acesso em: 13 ago. 2019.
16. _____. **Covenant Theology: A Biblical, Theological, and Historical Study of God's Covenants**. Disponível em: <http://www.monergism.com/thethreshold/sdg/duncan/Covenant_Theology_-_Ligon_Duncan.pdf>. Acesso em: 30 out. 2020
17. GOLDSWORTHY, Graeme. **Pregando toda a Bíblia como escritura cristã**. São José dos Campos: Fiel, 2013.
18. GREIDANUS, Sidney. **O Pregador contemporâneo e o texto antigo**. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.
19. _____. **Pregando Cristo a partir de Gênesis**. São Paulo: Cultura Cristã, 2009.
20. _____. **Pregando Cristo a partir do Antigo Testamento**. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.
21. HENDRIKSEN, William. **El pacto de gracia**. Kalamazoo Ave. S.E.: Subcomisión Literatura Cristiana, 1985.
22. _____. **João**. 2 ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2014.
23. _____. **Romanos**. 2 ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2011.

24. HODGE, A. A. **Confissão de fé de Westminster comentada**. 5 ed. Recife, PE: Os Puritanos, 2016.
25. HODGE, Charles. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Hagnos, 2001.
26. HORTON, Michael. **O Deus da Promessa**. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.
27. JOHNSTONE, Steve. **Preaching the gospel in the light of covenants**. Amazon Digital Services LLC, 2016.
28. KAISER JR, Walter. **O Plano da Promessa de Deus**. São Paulo: Vida Nova, 2011.
29. _____. **Pregando e Ensinando a partir do Antigo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2009.
30. KELLER, Timothy. **Pregação: comunicando a fé na era do ceticismo**. São Paulo: Vida Nova, 2017.
31. KIDNER, Derek. **Gênesis: Introdução e comentário**. São Paulo: Vida Nova, 1979.
32. KISTEMAKER, Simon. **Atos: Volume 2**. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.
33. LADD, George. **Teologia do Novo Testamento**. ed. rev. São Paulo: Hagnos, 2003.
34. LLOYD-JONES, Martyn. **Pregação e Pregadores**. São José dos Campos, SP: Fiel, 2008.
35. MACARTHUR, John. Por que pregar a Palavra? Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/pregacao/pq-pregar-palavra_john-macarthur.pdf> Acesso em: 30 set. 2020.
36. MACLEOD, Donald. **Covenant Theology**. Disponível em: <<https://donaldmacleod.org.uk/dm/covenant-theology/>>. Acesso em: 29 out. 2020.

37. MEISTER, Mauro. **Lei e Graça**. 2 ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2017.
38. _____. **Uma breve introdução ao estudo do pacto**. 1998. Disponível em: <https://cpaj.mackenzie.br/wp-content/uploads/2019/02/7_Uma_Breve_Introducao_ao_Estudo_do_Pacto_Mauro_Meister.pdf>. Acesso em: 23 out. 2020.
39. MICHELÉN, Sugel. **Da parte de Deus e na presença de Deus**. São José dos Campos, SP: Fiel, 2018.
40. MOHLER JR, Albert. **Deus não está em Silêncio**. São José dos Campos: Fiel, 2009.
41. MURRAY, John. **O Pacto da Graça**. Recife, PE: Os Puritanos, 2001.
42. PERKINS, William. **A arte de profetizar**, Brasília, DF: Monergismo, 2018.
43. PINK, Arthur. **As Alianças Divinas: De Redenção e de Obras**. Amazon Serviços de Varejo do Brasil Ltda.
44. POYTHRESS, Vern. **Understanding Dispensationalists**. Disponível em: <<https://frame-poythress.org/ebooks/understanding-dispensationalists/>>. 1986.
45. ROBERTSON, O. Palmer. **Alianças**. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.
46. _____. **O Cristo dos pactos**. 2 ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2011.
47. ROBINSON, Haddon. **Pregação Bíblica**. São Paulo: Shedd Publicações, 2003.
48. RUSHDOONY, Rousas. **Existe um pacto de obras?** Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/teologia_pacto/existe-pacto-obras_Rousas-Rushdoony.pdf>. Acesso em 28 out. 2020.
49. SARTELLE, John et. al. **O Batismo Infantil**. Recife, PE: Os Puritanos, 2000.

50. SPROUL, R. C. **O Pacto**. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zabs607N5BY>>. Acesso em: 24 out. 2020.
51. _____. **Somos todos teólogos: Uma introdução à teologia sistemática**. São José dos Campos, SP: Fiel, 2015.
52. SPURGEON, Charles. **Como ler a Bíblia**. São José dos Campos, SP: Fiel, 2004.
53. VAN DIXHOORN, Chad. **Guia de Estudos da Confissão de Fé de Westminster**. São Paulo: Cultura Cristã, 2017.
54. VAN GRONINGEN, Gerard. **Criação e consumação: Volume 1**. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.
55. _____. **Revelação Messiânica no Antigo Testamento**. 2 ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2003.
56. VAUX, Roland De. **Instituições de Israel no Antigo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2004.
57. VENEMA, Cornelis. **Cristo e a Teologia do Pacto**. São Paulo: Cultura Cristã, 2019.
58. VOS, Geerhardus. **Teologia Bíblica: Antigo e Novo Testamentos**. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.
59. WALTKE, Bruce. **Gênesis**. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.
60. WOOLSEY, Andrew. **Unidade e Continuidade na Teologia da Aliança**. São Paulo: Cultura Cristã, 2015.